



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

Nº 111

PORTO VELHO-RO, QUINTA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 2015

ANO IV

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO	2082
SUP. DE RECURSOS HUMANOS	2082
SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES	2085

TAQUIGRAFIA

ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

(Em 02 junho de 2015)

Presidência dos Srs.
Laerte Gomes - Deputado
Edson Martins - 1º Vice-Presidente
Lebrão - 1º Secretário

Secretariado pelos os Srs.
Lebrão - 1º Secretário
Jesuino Boabaid - Deputado

(Às 15 horas e 9 minutos é aberta a Sessão)

DEPUTADOS PRESENTES: Adelino Follador (DEM), Aécio da TV (PP), Airton Gurgacz (PDT), Alex Redano (SD), Dr. Neidson (PT do B), Edson Martins (PMDB), Ezequiel Júnior (PSDC), Glaucione (PSDC), Hermínio Coelho (PSD), Jean Oliveira (PSDB), Jesuino Boabaid (PT de B), Laerte Gomes (PEN), Lázinho da Fetagro (PT), Lebrão (PTN), Leo Moraes (PTB), Lúcia Tereza (PP), Luizinho Goebel (PV), Marcelino Tenório (PRP), Maurão de Carvalho (PP), Ribamar Araújo (PT), Saulo Moreira (PDT) e Só Na Bença (PMDB).

DEPUTADOS AUSENTES: Cleiton Roque (PSB) e Rosângela Donadon (PMDB).

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 25ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações dou-a por aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. LEBRÃO (1º Secretário) – Procede a leitura do Expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 – Mensagem nº 099/2015 – Poder Executivo, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei que “acrescenta dispositivos à Lei nº 2.528, de 25 de julho de 2011, que ‘cria a Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e a Pesquisa do Estado de Rondônia, nos termos do Artigo 201 da Constituição Estadual’”.

02 – Mensagem nº 100/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Anulação até o montante de R\$ 2.027.548,00, em favor das Unidades Orçamentárias, Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL, Fundo Especial de Proteção Ambiental – FEPRAM e Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS”.

MESA DIRETORA

Presidente: **MAURÃO DE CARVALHO**
1º Vice-Presidente: **EDSON MARTINS**
2º Vice-Presidente: **HERMÍNIO COELHO**

1º Secretário: **EURÍPEDES LEBRÃO**
2º Secretária: **GLAUCIONE RODRIGUES**
3º Secretário: **ALEX REDANO**
4º Secretária: **ROSÂNGELA DONADON**

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretário Legislativo - **Carlos Alberto Martins Manvailer**
Divisão de Publicações e Anais - **Róbison Luz da Silva**

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Rua Major Amarante, 390 - Arigolândia
CEP 76.801-911 - Porto Velho-RO

03 – Mensagem nº 101/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 378.727,18, em favor da Unidade Orçamentária, Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia – FUNDEP”

04 – Mensagem nº 102/2015 – Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que “autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 756.630,00, em favor da Unidade Orçamentária, Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL”

05 – Ofício nº 168/2015 – Tribunal de Contas do Estado, encaminhando Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro a abril de 2015 – 1º Quadrimestre 2015.

06 – Ofício nº 3939/2015 – SEDUC, encaminhando resposta ao Ofício P/ALE-323/2015, o qual atendendo pedido da Comissão de Educação e Cultura da ALE/RO, solicitou informações a respeito do ENEM *on line*.

07 – Ofício nº 865/2015 – SESDEC, encaminhando resposta ao Ofício P/ALE-397/2015, que trata de convocação da Comissão de Segurança Pública da ALE/RO.

08 – Ofício nº 946/2015 – Casa Civil, encaminhando resposta ao Ofício P/ALE-396/2015, que trata de convocação da Comissão de Segurança Pública da ALE/RO.

09 – Ofício nº 100/2015 – Vara de Execuções e Contravenções Penais, encaminhando resposta ao Ofício P/ALE-317/2015, que trata de solicitação de informações da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALE/RO.

10 – Ofício Circular nº 239/2015 – UNALE, solicitando a indicação de dois Deputados para integrar o Conselho Deliberativo da Unale Gestão 2015/2016.

11 – Ofício nº 002/2015 – Associação dos Profissionais da Imprensa dos Municípios do Vale do Jamari, solicitando a mudança de data para realização do “3º encontro dos profissionais da Imprensa”.

12 – Ofício nº 678/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 243/15, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Roque.

13 – Ofício nº 703/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 229/15, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

14 – Ofício nº 752/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 102/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuino Boabaid.

15 – Ofício nº 753/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 101/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuino Boabaid – Originário CAERD.

16 – Ofício nº 754/2015 – COTEL, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 101/15, de autoria do Senhor Deputado Jesuino Boabaid – Originário SUPEL.

17 – Ofício nº 755/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 208/15, de autoria do Senhor Deputado Maurão de Carvalho.

18 – Ofício nº 756/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 199/15, de autoria do Senhor Deputado Saulo Moreira.

19 – Ofício nº 757/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 161/15, de autoria do Senhor Deputado Saulo Moreira.

20 – Ofício nº 758/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 131/15, de autoria do Senhor Deputado Marcelino Tenório.

21 – Ofício nº 759/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 240/15, de autoria do Senhor Deputado Só na Bença.

22 – Ofício nº 760/2015 – COTEL, encaminhando resposta a Indicação Parlamentar nº 105/15, de autoria do Senhor Deputado Laerte Gomes.

23 – Memorando nº 106/2015 – Gabinete do Senhor Deputado Cleiton Roque, informando que o Parlamentar estará ausente nas Sessões dos dias 02 e 03 de junho de 2015.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Suspendo a Sessão por tempo indeterminado por conveniência técnica.

(Suspende-se esta Sessão às 15 horas e 22 minutos, e reabre-se às 16 horas e 01 minuto).

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Está reaberta a Sessão. Nas Breves Comunicações, concedo a palavra por 5 minutos, sem Aparte, ao nobre Deputado Lazineiro da Fetagro.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Boa tarde, Sr. Presidente, membros da Mesa. Boa tarde aos Deputados e Deputadas presentes, aos nossos nobres colaboradores desta Casa, público aqui presente.

Quero neste momento, Sr. Presidente, salientar a importância de um setor para o nosso Estado que entrou em greve esta semana, que é o setor elétrico, e a reivindicação deles é justa, dada a importância que é este setor para o nosso Estado, e estou preparando, inclusive, um material que amanhã eu quero usar num espaço maior para salientar a importância do setor elétrico aqui para o Estado de Rondônia, o que o Estado está ficando, está ganhando com a construção dessas Usinas e o que os nossos servidores tem recebido em troca. Então, eu quero de toda forma dizer aos trabalhadores do setor elétrico do nosso Estado que podem contar com o nosso apoio

e que nós vamos estar à disposição para poder fortalecer cada vez mais a luta desses trabalhadores. É clara e notória a importância que é, e a riqueza que se tornou o Estado de Rondônia com as Usinas, porém, infelizmente eu vou ter que apresentar amanhã alguns dados que não refletem a realidade nem do município de Porto Velho e nem do Estado com relação, por exemplo, aos royalties do petróleo e o que fica do valor da energia que nós pagamos no nosso Estado.

Outro ponto a salientar é a Rondônia Rural Show e a Sessão, toda a Rondônia Rural Show e a importância que foi para nós. Vou deixar para o Deputado Airton Gurgacz fazer esse comentário, mas nunca deixar de enfatizar a importância que é o fortalecimento cada vez mais do nosso setor produtivo e agradecer aos nobres Deputados e Deputadas pelo apoio nos Projetos votados lá naquela Sessão.

Outro ponto bastante rápido que eu gostaria de salientar, é com relação ao IDARON. Nós estamos aí vivenciando agora um posicionamento de retorno ou não ao horário corrido, de ter horário corrido, está virando um monte de problemas para os funcionários do IDARON, para o próprio diretor do IDARON, para o próprio Governo e a gente precisa de um posicionamento mais claro com relação a isso para que possamos deixar, tanto o setor produtivo, bastante informado, como também deixar uma tranquilidade para os servidores. Estarei apresentando um Projeto de lei com relação ao desvio de função dos funcionários do IDARON. Amanhã, na Comissão de Agricultura, Deputado Adelino, Deputado Ribamar e Deputado Laerte que, com certeza, amanhã vai estar presente na Comissão de Agricultura e quero fazer esse Projeto conjunto. Hoje, nós estamos utilizando técnico em agropecuária para fazer fiscalização no Estado, ou seja, qualquer um que for multado e for judicialmente vai penalizar inclusive o Estado e penalizar o IDARON. Esse é um dos detalhes, esse Projeto de lei já está pronto e eu quero apresentar na Comissão de Agricultura e se for houver acordo, consenso, dos nossos Pares da forma como está apresentaremos amanhã nesta Casa, se não, existem outros pontos também que a gente está pautando para fazer mudança lá dentro do IDARON. E só finalizando, quero dizer que hoje foi lançado o Plano Safra 2015/2016. 20% maior do que o 2014/2015, com cento e oitenta e sete bilhões de reais para o fortalecimento do setor produtivo do nosso Estado, ou seja, mesmo com toda a crise que o país vive, Deputado Laerte, a nossa Presidente anuncia um investimento de 20% a mais de recurso para financiar o setor produtivo, e aí a manhã ou depois será lançado o Plano Safra da Agricultura Familiar que tem também a mesma ordem de crescimento dado ao setor do agronegócio que foi feito hoje. Então, nós temos certeza de que o Governo Federal tem a responsabilidade e está tendo com o setor produtivo que é o setor que mais cresce no nosso País.

Era isso que eu tinha, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Cumpri meu tempo regimental, viu Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Obrigado, Deputado Lázinho da Fetagro por cumprir o tempo regimental.

Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Laerte Gomes, por cinco minutos, sem Aparte.

O SR. LAERTE GOMES – Cumprimentar o nosso amigo Deputado Edson Martins que está presidindo a Sessão, Senhoras e Senhores Deputados. Fique tranquilo Deputado Lázinho, V.Ex^a está bem mais calmo hoje do que a Sessão que ocorreu no município de Ji-Paraná. Depois de aprovados Projetos inteligentes e interessantes que V.Ex^a propôs, com certeza que vão beneficiar muito nossos produtores. Mas dizer aqui, Senhoras e Senhores Deputados, da Sessão importante que foi realizada no município de Ji-Paraná, na quinta-feira passada, onde além da sociedade poder ter participado conosco, pessoas de vários municípios, praticamente do Estado todo, puderam entender e compreender mais, Deputado Lebrão, como funciona a Assembleia Legislativa, puderam ver os debates, posicionamento de cada Parlamentar, do seu representante, o seu deputado. Isso gerou um saldo muito positivo para esta Casa, mostrou que esta Casa, Deputado Dr. Neidson, verdadeiramente está exercendo o seu papel, legislando, votando aquilo que é importante para a sociedade, mas, também discutindo aquilo que acha que pode melhorar; os Projetos que podem ser melhorados, e dentre eles votados vários Projetos importantes como o Projeto que beneficiou, e foi sancionado, hoje, pelo Governador, Deputado Adelino, a categoria da Polícia Civil, que era um compromisso do Governo e desta Casa, e foi cumprido; o Plano Estadual de Educação que foi votado no município de Ji-Paraná na Sessão que lá aconteceu, e que se o Governo, como foi dito, Deputado Só na Bença, se o Governo tiver a competência e dar conta de cumprir esse plano, Deputada Lúcia Tereza, como Vossa Excelência muito bem colocou lá, nos próximos dez anos nós vamos ter um avanço muito grande na Educação, Deputado Léo Moraes, no Estado de Rondônia. Também um Projeto que eu considero importante foi votado no Município de Ji-Paraná, o Projeto dos Laticínios, que obriga os Laticínios a estarem divulgando os preços. Nós só estamos corrigindo uma falha que existia. Projeto de autoria de vários Deputados da Comissão de Agricultura e que pudemos ser o relator e que foi aprovado. Também parabenizar aqui a organização da Rondônia Rural Show, que se nós temos nas ações, foram produtores do Estado todo que tiveram a oportunidade de ter acesso a equipamentos, a maquinários para melhorar o trabalho de produção na sua propriedade com juros subsidiados, principalmente o pequeno produtor, e os grandes produtores ter acesso a máquinas com tecnologias modernas. Uma ação, uma feira que aonde todos os dias... eu pude presenciar todos os dias teve um público de sucesso, lotada, muitos negócios, muitas propostas. Eu falei com o Secretário de Agricultura, faltava um dia e já tinham quase 500 milhões de propostas, com certeza ultrapassou muito esse limite, e mostrou a força do município de Ji-Paraná, e principalmente com a decisão, tanto da Câmara de Vereadores do Município de Ji-Paraná, como da Assembleia Legislativa de votar o Projeto aonde declara Ji-Paraná a Capital do Agronegócio do Estado de Rondônia. Com certeza, Deputado Airton, essa feira agora jamais sairá da cidade de Ji-Paraná e vai atender, conseqüentemente, não só a região central, mas todo o Estado de Rondônia. Estive também no Município de São Francisco acompanhado do Presidente Maurão de Carvalho, acompanhando o Presidente Maurão de Carvalho e o Diretor do DER Coronel Caetano, a convite do Deputado Eurípedes Lebrão, onde fomos inaugurar a 16ª

Unidade do DER do Estado de Rondônia. Com certeza essa residência, Deputado Lebrão, veio corrigir uma falha que existia na nossa região. Quem cuidava da região de Costa Marques, do Município de São Francisco era o DER de Alvorada, Deputado Adelino, uma máquina tinha que rodar 300 quilômetros para chegar à Costa Marques sendo que em Costa Marques tem a linha que liga Costa Marques ao Forte Príncipe da Beira que dá 20, 25 quilômetros. Então, vem corrigir isso, a residência do DER do Município de São Francisco vai cuidar de Costa Marques, São Domingos, Seringueiras e o Município de São Miguel do Guaporé, atendendo toda aquela comunidade, atendendo as linhas estaduais, e assim que terminar, consequentemente, vai ter lá uma estrutura de grande porte aos municípios que fazem parte da 16ª Residência do DER no município de São Francisco. Não é regimental, mas...

O SR. LEBRÃO – Questão de Ordem, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES – Pois não, Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO – Já que Vossa Excelência adentrou no assunto da implantação do DER lá de São Francisco, aliás, do DER lá do Vale do Guaporé, eu não vou nem fazer uso então do Pequeno Expediente, mas entrar por uma Questão de Ordem no seu pronunciamento, deixar um registro aqui de agradecimento ao nosso Governador Confúcio Moura, da mesma forma ao Coronel Caetano pela iniciativa de atender esse pedido nosso. E agradecer aqui a todos os Deputados que foram favoráveis a implantação da 16ª Regional do DER lá em São Francisco do Guaporé, que sem dúvida nenhuma fará um grande diferencial na BR 429 dos Municípios que compõem o Vale do Guaporé. Vossa Excelência já foi Prefeito lá de Alvorada e sabe da distância que nós temos hoje, por exemplo, do Município de Alvorada até o Distrito do Forte Príncipe da Beira. Portanto, a implantação dessa Residência do DER naquela região é de muita importância. Quero aqui também deixar um registro de agradecimentos a todos os Deputados que participaram desse grande evento, usando Vossa Excelência como parâmetro e da mesma forma o Deputado Luizinho Goebel, Deputado Maurão de Carvalho que nos acompanhou além do Deputado Federal Marcos Rogério, Deputado Lúcio Mosquini, Senador Valdir Raupp e da mesma forma o Secretário Caetano e o Marcelo que é o nosso Secretário do interior, pode-se dizer do DER, que é o Operacional e que é muito importante, que tem uma história de trabalho a frente desse departamento que é da maior importância para o Estado de Rondônia.

Quero agradecer também e parabenizar a Prefeita pelo grande evento realizado lá no Município de São Francisco com público de mais de 4.000 pessoas, e com grandes lideranças que participaram de todos os Municípios naquele grande evento que nós tivemos a oportunidade de acompanhar, e que ficou na história daquela região, principalmente no Município de São Francisco. Então, fica aqui o nosso registro de agradecimentos ao nosso Governador, ao nosso Diretor Geral do DER, da mesma forma a todos os Deputados que foram favoráveis e que foram parceiros para que isso pudesse acontecer, e agora nós temos somente que colher os frutos desse grande Projeto.

Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado.

A Sra. Lúcia Tereza - Permita-me um Aparte, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Eu iria me inscrever no Grande Expediente, mas não vou, Presidente, para ganharmos tempo e conceder respeitosamente um Aparte a Deputada Lúcia.

A Sra. Lúcia Tereza – Logicamente que eu parabeno o esforço e tenho certeza que o Deputado Lebrão está se sentindo útil, está se sentindo realizado. Quantos mandatos que ele é Deputado e não tinha conseguido levar a residência do DER para aquela região. Então, eu quero parabenizar e perguntar a Vossa Excelência e ao Deputado Lebrão, se o Deputado Só Na Bença deixar, de onde é que vai tirar os maquinários para implantar esse DER? Tomara que não seja da Residência de Cacoal, porque lá nós estamos fazendo a estrada Pacarana com duas patol e uma pá carregadeira tão somente. São 90 quilômetros do trânsito mais pesado que existe, que é Mato Grosso e Rondônia. Eu gostaria de saber do Deputado Laerte e do Deputado Lebrão, porque eu fiquei agora com o pé atrás. Estou parabenizando, tenho certeza que o Deputado Lebrão está realizado, é um sonho, é uma realidade agora, é uma necessidade, eu entendo. Agora, eu gostaria que Vossas Excelências, os dois, me dessem essa resposta, se fosse possível, hoje, porque eu já fiquei preocupadíssima. Aguardo a resposta.

O SR. LAERTE GOMES – Aguarda a resposta. Mas, Deputada Lúcia, inclusive, eu tive essa preocupação, porque eu também me preocupava em ser tiradas máquinas do DER da Unidade de Alvorada. Essa preocupação logicamente porque nós estamos ali atendendo cinco, seis Municípios também. Mas o Diretor Operacional do DER me respondeu, me garantiu que é um Programa que tinha do Governo, Projeto Mão Amiga, projeto que foram tiradas as máquinas para serem colocadas lá. Mas não vai mexer em máquinas de nenhuma residência do Estado. Isso foi o que o operador operacional do DER me falou e eu não posso confirmar, mas essa foi a resposta que me deu. E também dizer...

A Sra. Lúcia Tereza – Mas se ele passou isso para o senhor, deve ser verdade.

O SR. LAERTE GOMES – Com certeza. Eu espero que seja.

A Sra. Lúcia Tereza – Agora, o Programa Mão Amiga, e DER, são maquinários separados?

O SR. LAERTE GOMES – Eu acho que tinha uma estrutura separada, não é isso, Deputado Lebrão?

O SR. LEBRÃO – Sem dúvida nenhuma o Governo acaba de adquirir diversos equipamentos novos que estão sendo colocados nas residências do DER, nós estamos até querendo, estamos pleiteando para que vá também alguns equipamentos novos para o Vale do Guaporé. Tenho certeza que o Governador que teve a responsabilidade de criar, no meu entendimento o maior programa já criado em nível de Brasil, que foi o Programa

Mão Amiga, não teria Deputada Lúcia Tereza, a irresponsabilidade de desarticular o trabalho que foi feito em outras residências que hoje pertence ao Estado de Rondônia, que, sem dúvida nenhuma, fez a grande diferença administrativa desse Governo e que concedeu no meu entendimento a maior força para que o Governo tivesse a reeleição e fosse mais uma vez reeleito.

O SR. LAERTE GOMES – Só para concluir Sr. Presidente.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Questão de Ordem. Deputado Laerte, só gostaria de também acrescentar, que lá em Ji-Paraná, eu fiquei muito feliz, eu não sei se tinha alguns dos Deputados aqui de Porto Velho que estavam presentes em Ji-Paraná, quando o Governador no discurso dele, apresentou vários equipamentos que estavam lá em Ji-Paraná e disse que era para a Secretaria Metropolitana de Porto Velho e a nossa Capital. Nós sabemos o quanto precisa melhorar, tem muita coisa para ser feita na Capital, o Prefeito não dá conta de fazer. Então, eu acho que é uma boa notícia para os Deputados, e gostaria de deixar registrado aqui que com certeza essa parceria do Governo do Estado com o Prefeito da Capital vai tornar a nossa Capital mais bonita e melhorar a vida das pessoas que vivem aqui na nossa Capital. Então, parabéns Deputado Laerte pelo seu discurso.

O SR. LAERTE GOMES – Obrigado, Deputado Edson, e quero dizer, também, Deputada Lúcia, que o Governo do Estado e o Coronel Caetano já tomaram a decisão de primeiro cuidar das estradas de responsabilidade do Estado, as ROs, primeiro cumprir o dever de casa, para depois poder estender a mão para ajudar. Deputado Adelino, então eu acho que isso vai ser muito importante para que as nossas ROs que é responsabilidade do Estado, estejam patroladas, encascalhadas, e se sobrar tempo o Estado com certeza pode fazer as parcerias que vão ser feitas agora através de convênio, não mandar: “vai lá e faz aquilo”, vão ser feitos convênios quando tiver que assumir uma Linha do Estado, dos Municípios ou qualquer ação, vai ter que ser feito convênio entre o DER e o Município para poder fazer a parceria. O Estado agora definiu que vai cuidar da sua obrigação, vai cuidar das suas ROs estaduais, assim nos passou e nos informou o Coronel Caetano. Dizer também para encerrar Sr. Presidente, cumprimentar aqui o Vereador Nego, lá do Município de Alto Alegre, que se faz presente; parabenizar a Deputada Lebrinha, a Prefeita Lebrinha, já estou profetizando aqui Excelência, a Prefeita Lebrinha pelo grande evento que fez, uma festa no Dia das Mães que ela resolveu fazer no final do mês, com mais de 4.000 pessoas, e agradeço pela recepção que proporcionou a todos os Parlamentares no Município de São Francisco.

Encerrando a questão do Friboi, e da Operação Mamon que nós tratamos em Ji-Paraná, já foi recebido às informações do Friboi, inclusive o Requerimento do Deputado Maurão de Carvalho, vai ser passado aos técnicos para darem uma analisada para depois tomar a decisão necessária. Isso é só uma satisfação que nós estamos dando a sociedade, porque de tanto eles cobrarem isso, Deputada Lúcia, tanto tem nos cobrado uma posição sobre realmente como está os requerimentos e documentações que foram solicitados dessa empresa.

Então, eu queria agradecer aqui e agradecer aos Apartes e dizer da nossa torcida para que as coisas cada vez mais possam melhorar.

O SR. EDSON MARTINS (Presidente) – Muito obrigado, Deputado Laerte Gomes, pelo seu discurso.

Quero registrar a presença do Vereador Anderson Barbosa e Jefferson Júnior da Silva, Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis. Muito obrigado pela presença. Quero registrar também a presença da Vereadora Célia Nogueira Cordeiro, da Câmara Municipal de Campo Novo de Rondônia; registrar também a presença da Sra. Ada Dantas Boabaid, Presidente da Associação dos Praças e Famílias de PM e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia, muito obrigado Ada pela sua presença; também o Vereador Jailton Ferreira da Silva, presente, muito obrigado pela sua presença, da Câmara Municipal de Alto Alegre dos Parecis.

Ainda nas Breves Comunicações, concedo a palavra ao Nobre Deputado Só Na Bença por 05 minutos, sem Apartes.

O SR. SÓ NA BENÇA – Sr. Presidente, Nobres companheiros, público aqui presente... quero agradecer a presença de todos os vereadores que estão presentes nesta tarde conosco e quero dizer para o Deputado Laerte, que ele pegou 05 minutos e falou 20. Ouviu Deputado Lebrão, faz igual ao Só Na Bença, “quando pega 20 minutos para falar, fala 45, está certo”.

Eu quero agradecer primeiramente a Deus, segundo essa oportunidade por mais este dia de trabalho, na verdade nós estamos aqui para relatar o nosso trabalho do momento que nós não estamos aqui presentes.

Eu recebi esses dias na nossa Comissão de Transportes e Obras, e eu quero pedir aos nossos Nobres companheiros que faz parte da nossa Comissão que não falte, essa Comissão de Transportes e Obras é muito importante, importante para a nossa população do nosso Estado de Rondônia, principalmente para quem está com muita vontade de trabalhar, Dr. Neidson. Então, eu quero apenas nesta tarde dizer a cada um de vocês sobre o trabalho que temos feito, ontem através da Comissão de Transportes e Obras lá em Buritis. Já há muito tempo eu tinha vontade de conhecer aquele município, Deputada Lúcia Tereza, e não tive a oportunidade de ir lá, Deputado Airton, inclusive, o Deputado Airton era para ter ido conosco mas, justificou a sua falta. O Deputado Jesuíno também era para ter ido juntamente com a nossa equipe da Assembleia Legislativa, os repórteres, a imprensa, e também os componentes da Comissão de Transporte e Obras. Lá nós pudemos ver a grande necessidade daquele município na parte das estradas onde juntamente conosco esteve presente a convite da Comissão o Diretor Adjunto do DER, o Marcelo, que vem fazendo um trabalho muito importante. Visitamos ali, duas avenidas, que é a Avenida Porto Velho e Avenida Airton Sena. Dá uma vergonha se chegar ali e ver tanta poeira, quando está no tempo da poeira; tantos atoleiros, Dr. Airton, dentro da cidade. Eu acredito que uma cidade igual a Buritis, que vem já fazendo... bem desenvolvida do nosso Estado, ficar numa situação igual está ali. Mas, devido a nossa visita, a pedido do Prefeito Dico, que entrou agora lá, no dia 15 deste mês, o DER já vai começar a fazer o trabalho naquelas duas avenidas, Dr. Airton. Então, isso é muito importante.

A minha vinda, neste momento, nesta Tribuna, foi para agradecer ao Governo, agradecer ao DER, agradecer a toda a Comissão que esteve conosco lá. Parabéns, parabéns a cada um de vocês que esteve presente juntamente conosco. Nós estamos aqui para fiscalizar, estamos aqui para levar os problemas dos municípios, da nossa população diante do Poder Executivo. Então, meus senhores e senhoras, neste momento, apenas eu quero agradecer a cada um de vocês aqui presentes e nós vamos, Dr. Airton, continuar ali naquela Comissão, igual nós estamos, Deputado Dr. Neidson, na Comissão de Saúde, fazendo visitas para que nós possamos trazer diante do Governo do Estado toda a necessidade da nossa população.

Muito obrigado.

(Às 16 horas e 25 minutos, o Sr. Edson Martins passa a presidência para o Sr. Lebrão)

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Obrigado, Deputado Só Na Bença.

Ainda com a palavra, 05 minutos, sem direito a Aparte, Deputado Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, senhores Deputados aqui presentes, público aqui presente. Quero dizer que para nós é um prazer estar aqui, e o Deputado Só Na Bença saiu da Tribuna... estão aqui os Vereadores lá de Buritis, e eles sabem que se fosse tão fácil assim conseguir esse asfalto lá de Buritis, esse asfalto nas duas avenidas, Deputado Só Na Bença, já teve tanta história, teve tanta história, inclusive tem um TAC na Justiça, onde o Governo do Estado assinou e vai ser obrigado a fazer este ano. Então, não é porque foi feita uma visita agora não, isso já é fruto de dois anos, inclusive, o Governo do Estado contratou uma empresa e essa empresa não deu conta do recado no passado, cancelou o contrato, que é o Jordão lá de Ariquemes, e após esse contrato, foi feito um acordo na Justiça e o ex-prefeito também, hoje afastado, os Vereadores afastados, têm os Vereadores presentes aqui, lá de Buritis, e eles sabem que novela é essas duas avenidas. Tomara que agora seja real, que cumpra o que já foi acordado perante a Justiça e perante aquela população, é compromisso com aquela população que espera por mais de dois anos. E nós participamos desde o começo, seja quando o ex-prefeito ainda, não o ex-afastado, Toninho, mas sim o anterior, nós negociamos desde aquele córrego, desde fazer aquele projeto para afastar as casas para poder fazer aquela canalização, aquela praça que tem lá, que foi começada, tomara que termine.

Eu quero deixar aqui registrado para que o Governo do Estado, através do DER... conclua, dê a ordem de serviço agora, após as chuvas, para que conclua aquela praça. Eu intermediei aquela praça junto ao Prefeito, na época, e o Prefeito assumiu o compromisso de fazer o aterro para mudar de local aquela praça, mas demorou, demorou e até agora não aconteceu nem um lado, nem o outro. Então, também é um compromisso do Governo do Estado e nós esperamos que o Governo cumpra o mais rápido possível, porque Buritis com essa situação, com a enchente, com essa situação da questão política, questão administrativa é muito difícil, aquela população não sabe para quem pedir socorro.

Quero parabenizar o Coronel Caetano, porque quando deu aquela enchente, nós ligamos para ele no domingo, a enchente foi na sexta-feira, na sexta-feira que meu filho inclusive ficou interditado lá dentro, ele entrou cinco horas da manhã, só conseguiu sair quatro horas da tarde e ainda passou por três linhas para descobrir um local para sair. Ele me passava às imagens e eu naquele dia mesmo entrei em contato com o Diretor Geral do DER, e na segunda-feira o maquinário já estava lá tentando recuperar algumas pontes que estavam interditadas. Então, são coisas que vem sendo vistas e vividas há muito tempo.

Deputado Saulo.

O SR. SAULO MOREIRA – Olha Deputado Adelino, até agradeço ao senhor por está me concedendo a palavra mesmo que rapidamente para não atrapalhar o discurso do senhor.

Existe uma preocupação muito grande nossa e eu quero compactuar com as palavras do senhor com relação a essas ações do DER, de ir, de falar, de prometer de planejar e na verdade depois essas ações acabarem por não acontecer, como é o caso de Buritis. Em Buritis existe essa programação, essas promessas e esses planos de ações, e olha só o que transformou a cidade de Buritis nesses dois últimos dois anos, principalmente na avenida principal da cidade. A população estar toda inconformada e nós também que convivemos com essa situação. Então, são muito importantes essas palavras do senhor, e esperamos que o DER, ao ir fazer esses compromissos, que realmente aconteça e que não deixe a população a mercê da sorte como ficou em Buritis e tem ficado em outros municípios, como a exemplo de Cujubim, que o senhor também foi lá comigo. É Machadinho que tem uma ponte que já era para ter sido inaugurada o ano passado, ficou a ponte sem terminar, está lá daquela forma. Então, todos os municípios estão com esses problemas, e, nós esperamos que isso não continue acontecendo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Agradecer as palavras do Deputado Saulo, que esteve junto em vários eventos lá em Buritis. E é uma realidade, o Coronel Caetano, eu quero dizer que parece que ele está organizando, assumindo compromisso daquilo que tem condições de fazer, tomara que ele faça isso para não criar expectativa daquilo que não tem condições de se fazer, aquilo que não faz, para não ficar enganando a população e fazendo até nós, Deputados, passarmos por uma situação constrangedora. Então, eu quero dizer que nós precisamos ir lá e levar as coisas concretas e que as coisas aconteçam. Eu quero dizer que nós vamos estar juntos fiscalizando.

Estive lá em Buritis, onde a justiça do trabalho estava sendo retirada, teve uma reunião aonde participaram Campo Novo e também Buritis, onde, nós fizemos um documento, fizemos uma manifestação e graças a Deus, ontem já, o Procurador Geral já esteve lá e oficializou, e vai continuar o Ministério do Trabalho lá em Buritis. Então, para nós é um prazer, e quero parabenizar aos vereadores que movimentaram essa reunião juntando Campo Novo e Buritis que fazem parte da mesma jurisdição. Tem um juiz que mora lá e vai atender muito bem aquele pessoal, ele também tinha o interesse de ficar lá, mas mais interesse, ainda, é da comunidade que precisa.

Essas são minhas palavras nesse Pequeno Expediente.
Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda nas Breves Comunicações, por cinco minutos, o Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

Quero cumprimentar os Nobres Deputados, o Presidente, nessa ocasião, Deputado Lebrão, cumprimentar os Pares, Deputada Lúcia Tereza, que está representando as três Parlamentares do nosso parlamento feminino. Dizer senhores Deputados, que esse final de semana foi muito produtivo. Iniciamos na semana passada com a nossa ida ao Município de Ji-Paraná, para poder participar da nossa Sessão Itinerante, acompanhando também a Feira Rondônia Rural Show.

Queria dizer que a Assembleia Itinerante é sempre bom acontecer, uma vez que nos deslocamos aqui da nossa sede, chegando mais próximo da população e também falar sobre a consolidação da Feira Rondônia Rural Show, um evento maravilhoso proposto pelo Executivo.

Parabenizo a Secretaria de Agricultura e todo o Governo, porque de fato foi um evento que se consolidou no nosso Estado, um evento que está repercutindo em nível Nacional e também Internacional. Parabéns ao Executivo. Mas nem só de flores é feito o jardim, Deputada Lúcia Tereza, também tem muito espinho, e esse final de semana estivemos visitando nossa base onde fiz questão nessa oportunidade, de estar me reunindo com a bancada das Câmaras de Vereadores, os Vereadores da Zona da Mata, onde tive a oportunidade de escutar os vereadores da região reclamarem exaustivamente sobre as ROs de Rolim de Moura ao Município de Santa Luzia, ao Município de Alta Floresta, também a RO que liga Rolim de Moura a Novo Horizonte e a RO que liga ao Município de Alto Alegre dos Parecis. Eu quero aqui dizer que o Coronel Caetano, como disse o nobre Deputado Adelino Follador, é uma pessoa que já se mostrou dedicada à função pública, lá atrás como Comandante Geral dos Bombeiros, quando teve a responsabilidade de gerenciar umas das maiores crises, uma das maiores calamidades que esse Estado já sofreu, uma das maiores não, a maior da história de Rondônia, que foi às cheias de 2014, se saiu muito bem e conseguiu nesse atual mandato do Governador Confúcio Moura, upgrade para assumir o DER. E esse DER que é composto por um novo corpo técnico, hoje formado por pessoas da confiança do Coronel Caetano, está aí trabalhando a frente dessa autarquia. Eu só queria comungar com todas as Excelências, dizendo que não podemos mais permitir, não nessa condição que está nossas ROs, a parceria, firmar uma parceria ao ponto de prejuízo para o Estado e benefícios para os municípios. Hoje, Deputada Lúcia Tereza, a residência de Rolim de Moura conta com parte de máquinas que não se comparam há de quatro anos. Tem muita máquina que está com problema de motor, com problema mecânico e o Governo do Estado, foi lá e firmou uma parceria com a Prefeitura de Rolim de Moura, passando as máquinas para o município que deveria por sua conta fazer as linhas e patrolar as ruas dando a limpeza da cidade. Mas infelizmente, por não ter uma administração, uma gestão, fez essa parceria, e o Estado visando a população de Rolim de Moura, foi lá e fez essa parceria e hoje o DER, a residência de Rolim de Moura, da Zona da Mata está deficiente. Por isso as

nossas rodovias estaduais estão em péssimas condições, são atoleiros, coisa que não se via há muito tempo já está acontecendo nas rodovias estaduais. Então, eu venho aqui, não criticar o Coronel Caetano, mas, pedir a ele a visão na nossa região, pedir a ele que restaure a RO que liga Rolim de Moura a Alta Floresta, lembrando que ali passa o maior fluxo de café do Estado de Rondônia, Deputada Lúcia Tereza, porque o município de Alta Floresta e de Alto Alegre juntos, produzem mais do que qualquer outro município deste Estado. Quero reforçar aqui o pedido para que se faça a restauração da RO que liga Rolim de Moura a Alta Floresta, e da RO que liga até o município de Alto Alegre. Que seja refeita 100% porque não cabe mais recapeamento, não cabe mais tapa buraco. Essa, para concluir Senhor Presidente, essa tem fundamental importância que seja reconstruída. Portanto, fica aqui o meu pedido ao DER, dizendo que a nossa região está padecendo nas estradas.

Quero lembrar, Deputado Lebrão, que no início do meu mandato, no início do mandato do Governador Confúcio Moura, a RO 383 que liga a BR-364 até o município de Alta Floresta, era a melhor rodovia estadual do Estado de Rondônia, toda sinalizada, bem estruturada, sem nenhum buraco, e hoje ela é uma das piores do Estado de Rondônia. Então, eu venho pedir pela minha região, pelas pessoas que tanto aclamaram, pelos Vereadores que já estão se documentando para protocolar no DER o pedido de reestruturação da nossa região através das ROs.

Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Quero agradecer o Deputado Jean. Agradecer a presença dos Excelentíssimos Senhores Vereadores: o Sorriso; Wilson Mota, o João Júnior e também o Presidente da Câmara Municipal. Todos eles de Buritis do meu partido e Adriano Confecções. Sejam todos muito bem-vindos, nos sentimos muito honrados com a presença de cada um de vocês e de todos aqueles hoje que estão aqui em nossa galeria.

O SR. SAULO MOREIRA – Questão de Ordem Senhor Presidente. Além dos nomes que o senhor já agradeceu a presença, está lá também do vereador Júnior de Buritis, Júnior da IDARON, Júnior da agricultura, Júnior da EMATER, ele é Júnior de todos os segmentos lá de Buritis e está aqui nos brilhando com a sua presença, junto com o Sorriso e outros de Buritis.

Obrigado pela presença.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Estão muito bem acompanhados. Ainda nas Breves Comunicações, Deputada Lúcia Tereza, por cinco minutos sem direito a partes.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Senhor Presidente, Senhores Deputados, imprensa e todos aqui presentes... Eu venho, Deputado Lebrão, ser inoportuna, chata mais uma vez. Mas, também reconheço às vezes a pequena influência que eu tenho nesta Casa, desde o primeiro dia que eu peço para alguém consertar, abrir esses vidros aqui que nos separam e até hoje eu não fui atendida.

Gostaria de falar em público da insatisfação, mas reconhecendo a minha falta de liderança nesta Casa por não ser atendida numa coisa tão pequena, que para mim é muito maior. E como eu gosto de falar em coisa maior, eu com saudades, saudades do Jorge Teixeira de Oliveira, que ontem completou 94 anos. Ele foi embora muito cedo, eu tenho certeza que o Teixeira foi embora contrariado, ele foi embora com 65 anos, ele tinha muita coisa ainda para fazer não só no nosso Estado, mas em outros rincões também, como ele fez no Rio, em Manaus. Gostaria de falar muito do Teixeira e dizer quais os cargos que ele ocupou, o que ele fez, mas, o espaço e o tempo, é muito pequeno para falar no Grande Expediente ou no Pequeno Expediente, porque eualaria muito, porque esse foi um estadista, esse é um homem que até hoje, eu olhando o Deputado Jean falar que há 04 anos, aquela BR era um asfalto trafegável, iluminado, sinalizado e uma das melhores e hoje esta esburacada, mas, tem coisa de pé que até hoje que o Teixeira fez e o que melhor ele fez, ele era um homem de trato, ele era um homem de trato, ele sabia reconhecer os adversários políticos, a capacidade e as qualidades, ele era um homem bruto para trabalhar, mas, um cavalheiro e sabia defender o nosso país e ele sabia e soube como ninguém, amar e construir Rondônia. Não poderia eu deixar aqui de dizer da equipe que ele valorizava, pena que muitos já foram, como é o caso do grande planejador, do cabeça, José Renato da Frota Uchoa, Chiquilito Erse e do Hélio Máximo, que pouca gente gostava dele, mas, porque era um homem só do sim ou do não, do talvez, não. Mas, todos eram homens de palavra, de trato. Por isso eu quero render a minha homenagem ao Teixeira e a todos, não só Secretários, a equipe, mas a todos os rondonienses que ajudaram a construir este Estado.

Ontem o meu filho fez aniversário ele faz aniversário no dia que Teixeira também fazia aniversário, dia 01 de junho e emocionada e com saudades, eu diria que parece que foi ontem que o Teixeira foi embora, porque o que de mais importante ele plantou nos nossos corações foi o respeito, o amor e o zelo por Rondônia, porque ele também ajudou a construir juntamente com os pioneiros que já não estão mais aqui, mas eu não quero que ninguém esqueça as pessoas, porque é a história, é a história de Rondônia. Eu quero agradecer, diria outras coisas a respeito, mas, tudo já foi falado, gostaria de relembrar mais uma vez do homem, executivo sério, paraquedista, um militar, guerreiro de selva que instruía, instrução de guerra na selva e outras coisas, um paraquedista oficial do Estado maior. Este homem conviveu conosco e nós temos com certeza as pessoas que sabem como é difícil fazer o primeiro quilômetro têm saudades dele. E eu queria externar isso publicamente.

Muito obrigada.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agradeço as palavras da Deputada Lúcia Tereza, mas, eu quero também, Deputada Lúcia discordar de Vossa Excelência quando diz da sua pequena liderança nesta Casa. Vossa Excelência pode ter certeza que dá mesma forma que o Jorge Teixeira, nosso ex-governador escreveu o seu nome nos Anais da história deste Estado, Vossa Excelência também tem o seu nome inscrito nesta Casa, Deputada que foi em excelência e da mesma forma rainha lá de Espigão do Oeste fazendo esse brilhante trabalho que fez no Executivo. E depois de tantos anos Vossa Excelência, mais

uma vez ocupando um assento que lhe pertence, que pertence a população do Estado de Rondônia, principalmente do seu município e fazendo esse grande trabalho. E o que é mais bonito, Deputada, limpa, ficha 100% limpa, são poucas as pessoas e os Parlamentares, políticos hoje nesse País que tem o privilégio de ter a sua história política assim como Vossa Excelência fez esse brilhante discurso e enaltecendo a história do ex-governador Jorge Teixeira, que é a história de vida e a história administrativa dele se mistura com a história deste Estado. Eu tenho certeza que esse vidro será consertado e infelizmente hoje não vou pedir para que seja aberto por que já fiz uma solicitação, mas ele esta preso na chave e na próxima Sessão da semana que vem certamente ele estará aberto ao público, por que esta Casa não pertence aos Deputados, é a Casa do Povo, pertence a população do Estado de Rondônia.

Parabéns Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Muito obrigada.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda por cinco minutos o Deputado Alex Redano, sem direito a Aparte.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – A vontade Deputado.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Enquanto o nosso Deputado Alex vai para a Tribuna, só queria dizer o seguinte, quanto essa questão do DER, estão aí as estradas do Estado todas, quase todas se não todas, precisando que sejam arrumadas, cheias de buracos. Os asfaltos, todas as cidades de Rondônia têm uma placa... tem obra no Estado, não sei quantos quilômetros de asfalto. Além do orçamento, Deputado Alex, que o DER já tem, o orçamento próprio, aquele um bilhão que a Assembleia autorizou, que o Governo pegou do BNDES, praticamente ficou quase todo no DER. E aí o Mosquini, hoje é Deputado Federal, ganhou, fez quarenta e poucos mil votos, não fez por que ele é bonitinho, fez com muito esquema, fazendo politicagem e roubando do DER. Todo mundo aqui sabe que o DER estar quebrado, está no toco, isso tudo é fruto da administração do Mosquini. Aí diz que essa semana ele estava dizendo que ia provar, aí passar na minha cara que ele não deve nada para ninguém, que ele é o homem mais honesto do mundo. Um empresário aqui da obra do Espaço Alternativo, Deputado Airtton, já foi preso hoje, de novo, pela Polícia Federal, roubando o município, fazendo esquema lá em Mirante da Serra. Lá em Mirante da Serra o orçamento do Estado são vinte milhões por ano, eles roubaram dezoito milhões, só ficou dois. Aí quando se fala, eu queria que o Coronel Caetano, que eu tenho o Coronel Caetano como um homem sério, ele devia fazer uma auditoria lá dentro do DER para descobrir. Já que a Assembleia não faz uma CPI, Deputado Alex, que nós temos que fazer uma CPI dentro desse DER. Mas pelo menos o Coronel Caetano para não ser até responsabilizado mais tarde por algum rolo do Mosquini, ele deveria fazer uma auditoria interna, para dizer por que quê o DER esta no toco lá em Rolim de Moura, como o Deputado Jean falou, e na maioria, roubo de veículo. Enfim, por isso o problema é porque aqui parece que a gente, o povo mesmo, nós, a população em geral, parece que nós adoramos

ser enrolados, sermos enganados porque esses caras são os caras. Esses caras mesmo tendo provado que ele é um cara pilantra, esse Mosquini continua dando uma de gostosão aí no Estado.

Obrigado Deputado Lebrão.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Está franqueada a palavra a Vossa Excelência, Deputado Alex.

O SR. ALEX REDANO – Sr. Presidente, cumprimento todos os nobres Deputados, nossos amigos presentes aqui, nosso amigo Caio, nossos amigos de Buritis, Vereador Sorriso, vereador Junior, Presidente Adriano Confecções, cumprimentar a nossa amiga engenheira florestal Eunice, presente também; Marco Túlio.

Sr. Presidente eu venho falar de um ocorrido de uma região que não é sua morada, mas Vossa Excelência é muito querido por lá que é a região de Campo Novo, mas precisamente a região dos 3 Coqueiros. E eu venho somar com Vossa Excelência, Deputado Jesuíno, quando Vossa Excelência pede mais policiamento. E realmente, principalmente naquela região o efetivo está muito baixo, e mais uma morte nesse final de semana, de sábado para domingo mais uma pessoa assassinada, inclusive, eles queriam, não sei se vão vir ainda fazer uma comitiva dos 3 Coqueiros para vir na Assembleia discutir essa situação. Nós já fizemos pedido de um posto da polícia ou uma patrulha rural, mais efetivo e essa situação... nós sabemos que aconteceu essa morte em Campo Novo, mas essa situação é em todo o Estado. Que o Governador convoque logo esses efetivos, Presidente, para poder amenizar a situação. Outra situação, e essa é bem polêmica, é difícil e está aqui o Deputado Dr. Neidson, não sei se é do conhecimento do Deputado Dr. Neidson, mas tem uma Lei Federal que o Estado de Rondônia e o Estado do Acre ainda não estavam cumprindo, cobrando, que é questão dos bancos de sangue. E essa semana teve muita discussão principalmente na internet, muitas pessoas revoltas. Então, seria ou o momento antes de aplicar essa lei, divulgá-la e explicar melhor o porquê, fazer um trabalho de mídia ou esperar o melhor momento, que é a cobrança do sangue. Porque todo mundo sabe que o sangue não pode ser vendido, o sangue só pode doar e semana retrasada para cá começaram a cobrar a bolsa de sangue, quatrocentos e poucos reais o litro, então teve uma mulher que precisou comprar dois litros em Rondônia, em Ariquemes já na Clínica Luciano Berti e no hospital São Francisco e eles ficaram, todo mundo, assustados, eu até recebi no meu e-mail a nota do Hemocentro, esse dinheiro vai para o Governo, e eu sou amigo, pessoal, do Diretor do Hemocentro, eu achei que era mentira, eu vi no facebook depoimentos, no WhatsApp, eu liguei para ele e conversei e ele falou que realmente é verdade, a partir de fevereiro Rondônia está cobrando quatrocentos e poucos reais por bolsa de sangue nos hospitais particulares, o que ele alegou? Ele falou que o sangue é doado, mas tem toda a despesa de insumos, vacinas, os exames e esse sangue para o SUS, ele não é cobrado, mas o hospital particular, quando a pessoa precisar de sangue, agora será cobrado. Então o que está acontecendo? Teve uma postagem no facebook, inclusive de um vereador de Ariquemes, o Vereador Amalec, deu acho que mais de dez mil visualizações e as pessoas comentando embaixo

que não vão doar mais sangue, isso aí vai dar uma repercussão negativa. Nós sabemos que quantas pessoas são salvas com a doação de sangue, se isso virar uma epidemia pode realmente as pessoas pararem de doar sangue e pessoas falecerem pela falta de sangue. Então, se é obrigado essa cobrança, que seja feita uma mídia, explicar porque não foi avisado para ninguém, inclusive o hospital, Deputado Dr. Neidson, achou estranho, mas o que é isso? Não, é uma taxinha de quatrocentos e poucos reais para o Governo por bolsa de sangue, e o hospital, é óbvio, o hospital particular vai repassar para o paciente, então eu vou fazer uma visita aqui para o HEMERON ver o que pode ser feito, ou segurar, Deputado Adelino, para fazer uma mídia explicativa do porquê dessa cobrança ou recuar a cobrança. Parece que só Rondônia e Acre que não faziam essa cobrança para hospitais particulares, portanto tem que ser bem explicado porque é polêmico e a minha principal preocupação é que está afastando os doadores, e muitos e muitos comentários nas redes sociais, pessoas que já doam sangue falando: “não, então eu vou querer vender o meu sangue”.

O Sr. Adelino Follador – Um Aparte, Deputado?

O SR. ALEX REDANO – Tem o Aparte, Deputado Adelino.

O Sr. Adelino Follador – Quero parabenizar o Deputado Alex por trazer esse assunto importante. Eu estava olhando o meu WhatsApp e eu achei que não fosse verdade, eu recebi três comunicados aqui e eu procurei, estava me aprofundando melhor dessa situação que eu achei que não seria possível isso, mas eu acho que isso vai dar uma repercussão negativa, não tem como prestar conta desse sangue que saiu para A ou para B, e acho que as pessoas que estão indo no particular nem sempre são pessoas que tem poder aquisitivo, muitos vão porque não tem atendimento no público necessário e está ajudando o Estado, a partir do momento que ele vai para a rede particular, ele está ajudando desafogar porque teria direito no SUS também, portanto eu acho que o Estado vai perder muito com isso, tem que rever esse assunto. Inclusive, que a Comissão de Saúde, o Deputado Dr. Neidson, está aqui, eu acho que nós temos que conversar e os 24 Deputados aqui tem que estar preocupados com essa situação, porque a maioria das pessoas que vão no hospital particular não vão porque tem dinheiro, nós não estamos falando de quem tem dinheiro e quem não tem dinheiro, eu conheço gente, inclusive, na semana passada um acidente que a pessoa pagou oito mil reais, a mãe e a sogra arrumaram dinheiro emprestado porque ele não tem nem o que comer em casa, mas teve o desespero tão grande que o fêmur entrou na bacia e ele não conseguiu fazer no público, ele foi no particular e precisou de muito sangue, e ele vai ter que pagar mais o sangue? E não é pessoa com poder aquisitivo. Então, eu gostaria de parabenizá-lo por trazer esse assunto, e com certeza nós temos que conversar com o diretor e saber o que está acontecendo e vamos ter que trabalhar em cima disso para que não aconteça. Aquilo que V. Exª colocou, Deputado Alex, é uma realidade, pode todo mundo estar se doando, indo lá, se esforçando, fazendo campanha, ele vai ficar assim: “mas eu vou vender. Vou doar de graça e alguém vai ganhar em cima do meu sangue?”.

Será que não vai colocar em dúvida, inclusive o sangue que está usando no Hospital do Câncer, que está usando no Hospital de Base, no João Paulo, nos hospitais públicos? com certeza, vai desencadear uma imagem negativa e prejudicar muito.

Obrigado, Deputado Alex.

O SR. ALEX REDANO – Obrigado pelo Aparte. E o primeiro pensamento que me veio foi o custo/benefício: “Ah! Mas vai entrar recurso para o Estado”. Quanto que vai entrar e quanto que vai deixar de ser doado porque a pessoa realmente vai ficar com aquilo na cabeça: “Poxa, eu vou doar o meu sangue e vai ser vendido a quatrocentos e poucos reais cada bolsa?”. Se a pessoa precisar de cinco bolsas, dois mil e poucos reais. E isso, nós sabemos que o hospital é uma empresa, ele não vai arcar com essa despesa, vai repassar para o consumidor. Eu até, Deputado Neidson, Sr. Presidente, pediria que a Casa, a Comissão de Saúde convidasse o Dr. Orlando e seus diretores para um esclarecimento amanhã, às 16 horas, na reunião da Comissão de Saúde. No primeiro momento, Presidente, eu imaginava que seria um equívoco, eu recebi no meu WhatsApp também, recebi de umas três pessoas diferentes, aí eu liguei para o diretor do Hemocentro de Ariquemes que é meu amigo particular: “rapaz, estou recebendo um negócio aqui, mas eu acho que é piada”. Ele falou: “não, Alex, é verdade mesmo, estão cobrando mesmo”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Quero parabenizar V.Ex^a pelo pronunciamento e encaminhar aqui para o Presidente da Comissão de Saúde Dr. Neidson, Deputado Laerte que compõe essa comissão para que convide o Dr. Orlando e os representantes da Saúde, para que possam dar seus esclarecimentos e aqui podermos resolver esse problema que eu tenho certeza que é de muita importância. Nós não podemos gerar uma comercialização de sangue nos hospitais porque daqui a alguns dias teremos que comprar sangue dos doadores e aí quem paga por isso são as pessoas de baixa renda que lamentavelmente não tem como fazer esse trabalho.

Encerrada as Breves Comunicações.

O SR. LAERTE GOMES – Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Em meu nome e em seu nome, Vossa Excelência, cumprimento os Vereadores do Município de Alvorada do Oeste; Vereador Jair da PM; Vereador Elso Treu e vereador Trovão. Obrigado pela presença de vocês aqui na Sessão.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Reiterar e fazer a nossa saudação especial a Vossas Excelências que compõem o Parlamento de Alvorada e parabenizar pelo brilhante trabalho a frente do Legislativo daquele Município e dizer que nos sentimos muito honrados com a presença de cada um de vocês.

O SR. SAULO MOREIRA – Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Pois não, Deputado Saulo.

O SR. SAULO MOREIRA – Também quero agradecer a presença da Vereadora Cléo, Senhor Presidente, lá de Campo Novo, acompanhada do digníssimo que está ali. Obrigado Vereadora pela presença.

Naquela hora eu cumprimentei o vereador Júnior e não vi o Presidente ali ao lado, deve ter ficado todo enciumado, o Presidente da Câmara de Buritis, Adriano Confecções, obrigado pela presença.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Registrar também a presença do Excelentíssimo senhor Vereador Ângelo Carrara, da Câmara Municipal de Presidente Médici, também seja muito bem vindo a Assembleia Legislativa.

Encerrada as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente.

Neste momento concedo a palavra por um prazo de 20 minutos com direito a Apartes a Vossa Excelência Deputado Airtton Gurgacz.

O SR. AIRTON GURGACZ – Boa tarde, Presidente, Deputado Lebrão, boa tarde a todos os meus colegas Deputados. Quero cumprimentar aqui a imprensa, as pessoas no plenário, os funcionários desta Casa.

É com muita alegria, hoje, que nós usamos esta Tribuna para falar da nossa 4ª Rondônia Rural Show. Já foi comentado por vários Deputados, mas, queríamos colocar, porque foi feito lá em Ji-Paraná e hoje é a 4ª maior Feira Tecnológica da Região Norte, onde nós tivemos a presença de dois Ministros, o Ministro da Pesca, o Ministro do MDA. Tivemos sete países que vieram também conhecer o nosso Agronegócio, a nossa Agricultura. Então, foi uma feira que deixou muito marcado lá pela visita das pessoas. O Governo conseguiu fazer uma logística de mandar para Ji-Paraná, dos 52 Municípios, os agricultores e as agricultoras, principalmente os pequenos agricultores do agronegócio. A gente ficou feliz porque tivemos nesses quatro dias mais de 53 mil pessoas visitando a nossa cidade, visitando essa Feira, a grande Feira onde os nossos agricultores tiveram a oportunidade de conhecer vários tipos de equipamentos modernos para melhorar a produção da nossa agricultura no nosso Estado. E assim Rondônia como já é um Estado agrícola, onde 70%, Deputado Lazinho, é da produção familiar, da agricultura familiar, é ela que nos dá praticamente o nosso alimento do nosso Estado todo, de um milhão e setecentas pessoas. Então é com grande felicidade também que a nossa Câmara Municipal de Vereadores votou por unanimidade lá para a Capital do Agronegócio. E nós também, como a nossa Assembleia Itinerante estava presente, nós conseguimos também aprovar que Ji-Paraná é a Capital, hoje, do Agronegócio. Então, não mais sairá de lá, com certeza, esse grande evento, e a tendência é só crescer. No primeiro evento, na 1ª Rondônia Rural Show, tivemos lá uma negociação de cento e setenta e nove milhões, depois na segunda foi para duzentos e cinquenta, a terceira já foi para quatrocentos. E agora se espera chegar a setecentos milhões de reais de investimentos, de negócios feitos entre as mais de trezentas empresas que vieram de todo o Brasil, Deputado Follador, para mostrar um equipamento onde os nossos agricultores possam melhorar a sua produtividade, a sua produção e também sofrer

menos. Porque as pessoas que trabalham na agricultura, trabalham na roça, são pessoas que sofreram muito, sofreram e sofrem no dia a dia com o sol quente, e essa tecnologia vem ajudar. Outra grande coisa que tivemos também, foi financiamentos de até cinquenta mil reais com três anos de carência para pagar e com juro zero, pago pelo Governo do Estado. Então, isso vem colaborar, vem ajustar, vem engrandecer o nosso Estado de Rondônia, a nossa Agricultura, portanto nós também queremos parabenizar o Padovani, Secretário de Agricultura, toda a sua equipe que não mediram esforços, eu acho, tenho certeza que foram uns quatro meses de trabalho para que essa Feira pudesse alcançar tanto sucesso como alcançou no nosso Estado e fora dele. Também, o senhor Luiz Gomes da EMATER, que também contribuíram muito para que essa feira conseguisse ter esse grande sucesso, também o pessoal do IDARON através do nosso, do Volpi que assumiu há pouco tempo, mas que também colaborou muito. Tivemos a ajuda do nosso Prefeito, da nossa Câmara de Vereadores. Tivemos ajuda, a grande participação dos nossos Diretores do Parque de Exposições, o Serginho e de toda a sua equipe, que ajudaram que colaboraram, contribuíram para que esse evento fosse o maior sucesso. Tivemos palestras para os agricultores, tivemos vitrines de agricultura, tivemos dois alqueires de plantação de milho, mandioca, café e outras tantas coisas lá que foram plantadas, pela própria Embrapa, também, pela Emater, que nesses seis meses produziram e deixaram tudo. Esses dois alqueires de plantação, uma mostra para que as pessoas pudessem olhar e sentir, como pode ser melhorada a nossa produção aqui no nosso Estado de Rondônia. Então, foi um sucesso.

Os hotéis da nossa cidade, das nossas cidades ao redor o envolto, ficaram lotados, nossos restaurantes em Ji-Paraná, Ouro Preto, Médici, Urupá. Toda aquela região, foi Jaru também. Então, uma Feira que movimentou muito, muita coisa boa lá na nossa cidade. Também tivemos a pedido do Deputado Lazinho e do Deputado Cleiton Roque, autorizado por esta Casa, através do Presidente Maurão e todos os Deputados, a nossa Assembleia Itinerante em Ji-Paraná, onde nós pudemos aprovar a questão dos Policiais Militares que foi uma grande vitória que eles tiveram, deram um show também quando terminou a Sessão fazendo a limpeza do seu espaço, parece que eles lembraram os japoneses quando aqui estiveram na nossa Copa do Mundo, quando terminava os jogos, os japoneses faziam toda a limpeza, e a Polícia Civil deu esse show que foi uma coisa à parte anunciada, inclusive, pelo nosso Deputado Ribamar Araújo, que também, depois, eu pude colocar essa questão. Tivemos a aprovação da Emenda, aliás, do Projeto do Deputado Lazinho, quanto a questão do leite. Os laticínios, agora, vão ter que, um mês de antecedência dar o preço para o agricultor para que ele possa fazer o seu controle para que tenha sua vida arrumada, ter sua vida controlada, seu planejamento de gasto de consumo ou para mais ou para menos, tudo isso foi muito importante. As empresas, tivemos lá no sábado fazendo visita, a grande maioria daqueles stands, a maioria das pessoas ano que vem querem voltar, inclusive, dos 52 municípios onde levaram produtos feitos aqui em Rondônia, como produção de mel, produção de café conilon, produção de vários ingredientes, tinha pinga também, tinha umas cachaças boas também, também uns alambiques. As pessoas venderam tudo e todo

mundo quer. Nos confidenciaram, nos confessaram que para o ano que vem querem vir de novo, que a gente possa, porque acharam bom demais, venderam, tiveram prestígio, estava muito bem organizada a feira. Então, foi isso que vimos. Agradecer na verdade, porque além disso, tivemos na entrega de título de terra, Deputado Adelino Follador, tivemos a entrega de título de terras, vários proprietários, tivemos entrega de maquinários com Emendas dos Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, para vários municípios, tivemos entrega de caminhões também do DER que vem para a nossa metropolitana aqui da Capital, caminhões novos adquiridos pelo Governo do Estado e também na verdade a visita dos nossos Ministros que foram nos ajudar lá a abrilhantar ainda mais a nossa feira. O Governador do Estado também se instalou por lá nessa semana, onde assinou novos 22 km de asfalto, que falta terminar dos 50 que ficou para concluir que serão concluídos. Inaugurou o Igarapé Pintado, o Igarapé Pintado é na Avenida Nova Brasília aonde todo ano dava enchentes e tal, trazia transtorno para toda a nossa comunidade, mas hoje com a conclusão do Igarapé Pintado as enchentes, àquelas entradas de água nas casas, demolição de casas também vão praticamente terminar. E por último nos presenteou com uma Emenda de R\$866.000,00 para a reforma do nosso Estádio Biancão que é do Governo do Estado, mas que o Estádio Biancão está se acabando, está deteriorando, Deputado Lazinho, há 15 anos que foi construído e não houve manutenção, não houve um cuidado, mas agora será reformado todo o alambrado, será reformada a cobertura, porque deu um vento e levou, serão reformados os camarins onde as pessoas transmitem jogos, as televisões, as arquibancadas serão repintadas, o muro que caiu todo, será recuperado, o próprio estádio, então uma Emenda que vem nos ajudar muito. Então, o Governo também passou por lá, houve muita cobrança também, pôde ter um contato mais junto, próximo ao nosso povo... aonde muita coisa também precisam ser feitas em Ji-Paraná, como nós temos cobrado aqui a reforma da duplicação da ponte do Rio Urupá que precisa duplicar que está se formando um 3º Distrito do outro lado, a questão do anel viário que nós temos 20 anos, Deputado Lebrão, brigando, brigando, brigando para que aconteça e agora houve uma desavença entre as empresas que ganharam; uma faz, outra não faz, a outra quer fazer, a outra não quer que fiscalize, eu acho que o DER precisa fiscalizar porque ali só passarão Deputado Adelino Follador, caminhões pesados, passarão a média de dois mil caminhões que vão sair do centro e vão passar por ali. Vocês imaginam o asfalto, como deve ser feito essa obra para não afundar, porque senão não aguenta esses bitrens com 60 toneladas, são caminhões pesados e precisa ser uma obra muito bem feita, muito bem fiscalizada. Então, tivemos, pedimos a reforma do Shopping Cidadão que está horrível, está uma coisa feia, muito desagradável para as pessoas que precisam usar lá.

Também queremos dizer da divulgação que o DECOM fez da Feira da IV Rondônia Rural Show, uma Feira que foi divulgada nos 52 municípios, outros Estados, aeroportos e vários aeroportos e que foi feito uma grande mídia para que alcançasse esse sucesso e alcançou, mas independente também, eu acho que de mídia, Deputado Lazinho, a agricultura familiar hoje é, Vossa Excelência falou em agronegócio, a

agricultura familiar ninguém segura, é o nosso carro chefe do Brasil, é quem tem levado esse País nas costas e tem feito muita coisa, e é por isso que pedimos que o Governo brasileiro, o Governo de Rondônia, SEAGRI, consiga dar mais aporte para os nossos agricultores, dê mais condições, porque o nosso agricultor continue tendo mais recursos para que ele possa produzir e produzir mais e melhorar mais. Também lamentamos no dia, e comentando ainda pela nossa Assembleia Itinerante, nós homenageamos lá quatro pessoas pioneiras e no dia 28 nós perdemos um dos grandes pioneiros lá que é o Beto da Ki Pão num desastre absurdo na porta da sua fazenda, na porteira da fazenda aonde a sua própria caminhonete imprensou ele no portão, conversando com os médicos a noite, não houve uma quebra-dura, ficou asfixiado e sem respiração, o Beto da Ki Pão, fazendeiro, agricultor, empresário e pioneiro também na nossa cidade que perdeu a vida assim, não dá para, é difícil explicar e entender como é que um cidadão perde a vida daquela forma. Então, o Beto foi um grande empresário, uma perda lamentável para Ji-Paraná. E são essas as minhas palavras a todos.

Boa tarde.

Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, Deputado Aírton Gurgacz, nosso Deputado.

Neste momento, ainda no Grande Expediente, está franqueada a palavra ao Deputado Adelino Follador, por 20 minutos, com direito a Aparte.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Senhor Presidente, quero cumprimentar o Deputado Lebrão, hoje presidindo esta Sessão, meus companheiros aqui presentes. Para nós é um prazer estar aqui no Grande Expediente, fazendo algumas observações, dizendo que como estive com gripe, fiquei uns três dias em casa e assisti pela Rede TV. De fato toda festa em Ji-Paraná foi muito boa. Mas nós queremos dizer que a festa deve, cada vez mais, aumentar, esta aumentando, e principalmente os agricultores da agricultura familiar que foram para Ji-Paraná, voltaram satisfeitos. Então, está de parabéns o Estado por fazer mais uma vez essa festa. Mas eu quero também, vim a esta Tribuna, hoje, para falar sobre um problema que parece simples, mas é grave, que é sobre a ponte do rio Jamari, que vai para Alto Paraíso. Ela já foi, nós já, há dois anos, fizemos uma reivindicação e ela foi escorada porque a saída para o lado direito está abaixando e ela já foi macaqueada duas vezes, Deputado Lebrão, e agora está abaixando, o pilar abaixou mais ainda, e corre o risco também de interditar se não for tomada providência urgente. Inclusive, tem um proprietário na fazenda, morador do lado, que desceu, tirou umas fotos, me passou no e-mail, eu já fiz um documento para o Coronel Caetano. Espero que o Coronel Caetano mande uns técnicos, rápido, para poder fazer um trabalho de manutenção para evitar um problema maior, já que lá circula mais de sessenta mil pessoas naquela região, Bom Futuro, Alto Paraíso, todas as linhas daquela região saem para o Triunfo. Muita gente passa por aquela região e essa ponte é de suma importância para aquela região. Então, quero deixar registrado aqui a ponte da RO que liga a BR 364 a Alto Paraíso, a necessidade urgente de fazer esse trabalho de manutenção. Quero também citar aqui a ordem de serviço

que foi dada do Hospital Regional de Ariquemes, uma Emenda do Senador Acir Gurgacz, em torno de trinta e cinco milhões de reais. Foi lançada a pedra fundamental, espero que a empreiteira, como foi, citei lá no ato, o Governador esteve presente, assinou junto com a empreiteira já a ordem de serviço e esperamos que faça o mais rápido possível. Espero que a empreiteira não fique enrolando, como a gente vê tanta obra pública, hoje, com dinheiro em caixa, e parada. Nós temos algumas ressalvas com várias empresas no Estado de Rondônia, e esperamos que não aconteça com uma obra tão importante, uma obra volumosa, uma obra que precisaria estar pronta para ontem e, de repente, comece e interrompa ou deixe de ser concluída. Então, hoje, eu considero, neste País, além da corrupção e outros desvios, eu considero que essas obras paradas, interrompidas, às vezes, é um prejuízo maior do que aquele que foi desviado. Então, nós precisamos entender que isso, também é uma maneira de dar prejuízo à nação. Nós vemos até hoje esses viadutos parados, até hoje, vemos o prédio do Tribunal de Justiça, em Ariquemes, parado há três anos, apodrecendo. Os ratos, os passarinhos fazendo ninho em toda parte, aonde têm os ares-condicionados, está tudo estragando. Então, lamentamos. Jaru também tem o prédio da própria Justiça, o Deputado Saulo sabe, lá em Ariquemes, quantos anos, está parado, o Fórum precisando mudar e, além disso, lá no fórum antigo era para funcionar as novas delegacias nem uma coisa, nem outra, esses prédios... nós temos o teatro em Ariquemes que é uma vergonha, o Elefante Branco na cidade. A gente vê a BR-364 o DNIT pegou, o convênio que a Prefeitura enrolou para terminar e acabou devolvendo para o DNIT e nem o DNIT, e nem a Prefeitura, e está lá sem iluminação, sem um trevo, e todo dia tem acidente, é um trevo dos mais ridículos que existe no País. Eu não sei porque DNIT aceita esse tipo de coisa, aceita uma rotatória daquela maneira onde se precisa parar no meio da avenida, quando você atravessa e se tiver um carro atrás, ele para no meio da BR, não tem como seguir porque o carro da frente está parado, porque tem a parada e é obrigado... está dando acidente todo dia, ninguém toma providência. Então, nós estamos nos preocupando, agora nós vimos ali na região de Itapuã já fazendo um trabalho, uma empresa para recuperar a 364, mas, nós vimos na região de Ariquemes, nada está sendo feito, foi desbarrancado com a chuva que deu ali entre Nova Vida e Ariquemes, passou quase três meses, agora que colocaram algumas máquinas lá para poder recuperar. Portanto lamentamos muito que exista esse descaso, principalmente pelo DNIT no Estado de Rondônia. Agora, eu vejo ali na região de Itapuã... não sou contra, na entrada da mineração, as marginais dos dois lados parecem que está fazendo, parece que tem uma cidade de quinhentos mil habitantes para entrar por ali, lá em Ariquemes precisa terminar o trevo, e não termina. Dentro de Itapuã, eu concordo, está dentro da cidade, mas, depois de Itapuã quando entra na mineração, estão fazendo duas marginais de três quilômetros para cada lado, para quem? Só porque tem a entrada da mineração ali? E aí você vê um trevo na saída de Cacaúlândia que não tem... você vê um trevo de Ariquemes que não acontece, não termina nunca, e precisa passar a BR, pelo menos fazer uma passagem por baixo da BR ou por cima e nada acontece. Então, nós ficamos decepcionados, revoltados com a situação.

O Sr. Jean Oliveira – Permita-me um Aparte, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado Jean.

O Sr. Jean Oliveira – Deputado Adelino, quero dizer que a maior frustração nossa enquanto Deputado Estadual é não poder fazer absolutamente nada com esse DNIT por se tratar de um Órgão Federal. Mas o DNT de Rondônia é sem sombra de dúvida, eu não tenho conhecimento de outros Estados que relativamente são semelhantes ao Estado de Rondônia em termos de malhas viárias e de importância populacional. Mas, eu queria dizer que o DNIT de Rondônia é um dos piores do Brasil, porque é absurdo que obras com menos de seis meses, já estão deteriorando. Agora, se os senhores que foram para Ji-Paraná, muitos, alguns que descem um pouco mais ao sul do Estado, puderam perceber a sinalização vergonhosa da nossa BR-364. Eu não sei o nome técnico que se dá aquele popular chamado olho de gato, que é aquele que sinaliza a lateral da BR e o centro da BR, aquilo é ridículo, aquilo é ridículo, é dinheiro jogado fora, eu tenho certeza absoluta que aquilo não é padrão federal, mas o DNIT de Rondônia faz vista grossa. Falando de trevo, faz mais de três anos que eu solicito ao DNIT que faça o trevo de União Bandeirantes, que tem importância, é uma população grandiosa, como Vossa Excelência disse, não tem trevo para entrar em União Bandeirantes, como não tem trevo para entrar lá em Cacaulândia e sua região, é vergonhoso a situação do DNIT no nosso Estado. Obras como a restauração da BR-364, que foi palco de discussão Nacional, Estadual, e muitas Câmaras de Vereadores, fizeram nota de repúdio contra o DNIT, no entanto ficou por isso mesmo. Fizeram a restauração, e agora tudo que foi feito há um ano e meio já está acabado, o trecho de Ji-Paraná a Cacoal que era uma calamidade está voltando a ficar esburacado, está voltando a ficar esburacado. Então, não tem... a maior frustração que eu como Deputado Estadual, tenho, quando se trata de Matéria como essa de relação com órgãos federais, é não poder fazer nada, é não poder fazer nada. E a nossa Bancada Federal que muitas vezes é criticada por nós aqui, com razão, não se mobiliza, talvez porque não seja frequente a caminhada dos Deputados Federais, dos Senadores, pelas as nessas BRs. Eu que já fui vítima da BR-364, que nem se conta, acho que foi duas, três vezes, uma vez justamente por questões de falta de sinalização. Então, assim é vexatório o comportamento deste DNIT de Rondônia.

A Sra. Lúcia Tereza – Um Aparte, Nobre Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputada.

A Sra. Lúcia Tereza – Eu gostaria e não poderia deixar de falar, também, endossando as palavras do Deputado Jean. Nós que anda quinhentos e cinquenta quilômetros, aliás, mil e cem quilômetros por semana nessa BR, sabemos... Quando o Deputado Jean, fala de um ano e meio, dois anos para recuperar novamente a BR-364, não é não Deputado Jean? em seis, sete meses, estão tapando buraco, daí quinze dias, ele abre novamente e estão recuperando, eu não sei se é termo aditivo ou se é algum contrato para manutenção ou se é dinheiro novo. Porque o que o Deputado Jean está falando, é verdade, é

uma vergonha, é uma vergonha isso que acontece lá, e parece que nós Deputados Estaduais não falamos nada, parece-me, eu vi só relance por jornais que há meses, os Senadores estiveram fazendo uma vistoria. Eu gostaria de sugerir as Vossas Excelências, eu estaria aqui endossando também, eu tenho certeza que todos os Deputados, um expediente aos três Senadores que vieram fazer essa visita, essa inspeção e vê o que foi, qual a providência que eles tomaram em relação a isso. Esse expediente tem que ser por inscrito, porque só de falarmos aqui, Deputado, parece que, como diz o Deputado Jean, que não se está fazendo nada, que nos sentimos impotente mesmo. E outra coisa, além do risco, e já sabíamos que ia ser assim. O transporte pesado... quando foi criado esse porto, que sabemos que ele não deixa nem um imposto a MAGGI, principalmente a MAGGI, nós sabíamos, foi feito discurso aqui com alguns ex-deputados, e foi falado que isso só ia deixar buraco, mortes e problemas para nós, não se arrecada nada, não se paga nada por esse transporte pesado. Então, eu gostaria de somar, mas que fizéssemos um expediente aos 03 senadores, pedindo o resultado da inspeção que eles vieram fazer.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Com certeza Deputada Lúcia, acho interessante, mas também nós temos a Tribuna aqui e eu tenho visto e acompanhado no site dos senadores, a maioria quando fala aqui, eles ouvem lá, eles prestam atenção. Então, eu acho que é uma maneira de nós chamarmos atenção para o problema. Muitas vezes aqui nesta Tribuna a gente tem que falar o que a população gostaria de falar e não tem oportunidade, nós estamos aqui para isso. Então, por isso estamos trazendo Deputada Lúcia, Deputado Jean, ali na 421 é a quarta vez que tapa buraco no asfalto novo, asfalto novo que foi feito há um ano e meio, é a quarta vez que faz o tapa buraco na BR-421. Passa lá o Deputado Lebrão, passa lá o Deputado Saulo, todos os Deputados que passam lá... é uma vergonha um asfalto novo, com 03 meses, estava todo esburacado de novo, 03 meses depois de ser feito. É impossível ver gastar dinheiro, jogar dinheiro fora dessa maneira e nós ficarmos quietos, nós temos que nos indignar, a população tem que se indignar, nós ficamos revoltado. Esse DNIT em nível de Estado é uma vergonha.

O Sr. Laerte Gomes – Um Aparte Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não.

O Sr. Laerte Gomes – Nobre Deputado Adelino Follador, traz um tema importante e nós que somos da BR 429, moramos nessa BR, nós vivemos isso na carne, Deputado Lebrão, por enquanto ali está tapando buraco. Na BR-429 está aumentando os buracos, do trecho de Presidente Médici, mais precisamente da 9ª linha até o município de São Miguel hoje está intransitável, intransitável. Faz pena uma BR com 05 anos de construção, Deputado Adelino, uma BR nova, na situação que se encontra, calamitosa. Aquilo, é questão de calamidade pública. E o pior, que várias vidas já foram ceifadas ali através de acidentes, devidos os buracos. Eu estive com o diretor do DNIT, o Dr. Fabiano, até que me recebeu muito bem e ele me comunicou, que ainda, que ainda seria feito levantamento para

fazer o projeto para poder recuperar, mas quando isso ficar pronto, já vamos está na chuva do ano que vem. Então, infelizmente ficamos preocupado com isso, traz muito bem esse tema e na questão da 429, além disso é a conclusão do perímetro urbano no município de Alvorada que já está há 03, 04 anos parada. O perímetro urbano de São Miguel é uma vergonha aquilo, está fazendo vergonha a BR-429, uma vergonha para a população de São Miguel para aquela comunidade que diz que licitou, que vai dar ordem de serviço agora no início do mês num processo separado, espero de fato que realmente seja verdade isso e as pontes que até hoje não foram concluídas, é a primeira rodovia que se constrói asfalto para depois fazer as pontes, isso é uma falta de planejamento, absurda. Mas, esperamos que as coisas aconteçam. Mas, Vossa Excelência traz muito bem o tema, o Joseph Blatter da FIFA renunciou hoje, quem sabe isso não sirva de exemplo também para trazer mais renúncias, vamos aguardar. Mas, eu parabeno pelo vosso pronunciamento.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, quero agradecer o Aparte e dizer que para nós é lamentável falar de coisas negativas, mas nós temos que trazer esses problemas para que procuremos tentar resolver. Infelizmente, a gente vê... a nossa preocupação, além dos buracos, além dos problemas, é principalmente com o dinheiro que está sendo gasto e quando a gente sair daqui, passa em Vilhena e vai para o Rio Grande do Sul, como eu já fui, na casa da minha mãe, se vê a diferença saindo do Estado de Rondônia, atravessa 06, 07 Estados, ninguém tem a situação que nós temos. Então, ninguém percebe que o DNIT de Rondônia é um câncer para Rondônia. Nós precisamos chamar a atenção da nossa Bancada Federal nesse sentido, precisa que o Governo Federal veja o que está acontecendo. Nós passamos na beira da BR no Mato Grosso, passamos na beira do Mato Grosso do Sul, passamos no Paraná, passamos em Santa Catarina e passamos no Rio Grande do Sul de carro e parece que quando a gente chega aqui, quando volta, quando chega em Rondônia, parece que nós saímos do Brasil. Então, nós temos que fazer alguma coisa ou tentar pelo menos fazer. Eu quero deixar aqui registrado.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Um Aparte Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado Lazinho.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Isso prova que não é problema do Brasil e aí nós temos responsabilidade, eu não me conformo, Deputado Hermínio, de nós enquanto Deputados Estaduais não poder fazer nada e Vossa Excelência acabou de comprovar o que falamos aqui, repercute. O que acontece é que nós não fazemos da forma como deve ser feita, na minha visão de pouca experiência, a ação unitária, ela não traz respaldo, a ação conjunta traz respaldo. Se Santa Catarina, se você sai daqui, vai ao Mato Grosso já se vê a mudança. Alguma coisa está errada. E essa gestão do DNIT em Porto Velho ou em Rondônia, tem uma causa, ele atende a um anseio, ele atende a um grupo e a gente precisa se posicionar. Veja bem, nós estávamos aqui brincando, brincando, não é Deputado? E a gente fala: não, mas eu acho que esse problema é porque a programação da estrada quando foi feita, não foi bem feita. O

diretor do DNIT disse para nós, as empresas que trabalharam na construção não cumpriram o contrato. O material utilizado para fazer a reforma, não foi o material que estava no contrato, e daí? Ninguém fez nada? Temos que tomar posicionamento sim, eu acho que a bancada federal tem responsabilidade, os senadores têm responsabilidade, Governo do Estado tem responsabilidade também, porque ele governa o Estado e nós Deputados também temos que assumir a nossa parcela e tomar as nossas providências e eu acredito que se fizermos aqui aquilo que a Deputada Lúcia Tereza falou, se a gente se posicionar, Deputado Hermínio, enquanto Casa, enquanto Deputado, o resultado vai ser diferente.

Obrigado pelo Aparte.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado, nós queremos dizer que, é lamentável dizer que vem um general aqui em Rondônia, inclusive, junto com a bancada de Brasília, inclusive com senadores. Esse general falou que era o bicho mais bravo que tinha, era o cara que ia resolver tudo. Eu tive uma Audiência lá, inclusive com o senador Acir lá em Brasília, o Deputado Lebrão, eu acho que estava junto, não estava? O Deputado Hermínio, eu acho que estava junto. Parecia que ele ia fazer chover e ele veio aqui, e voltou e não aconteceu nada. Então, lamentamos muito, mas eu acho que nós temos que agora, com esse pronunciamento que nós estamos fazendo com as palavras de quase todos os Deputados aqui desta Assembleia, a gente se posicionando, porque eu acho que isso chama a atenção.

O Sr. Hermínio Coelho – Permita um Aparte, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Pois não, Deputado.

O Sr. Hermínio Coelho – Deputado Adelino, o problema, Deputado Lazinho, é o seguinte: aqui as pessoas ficam falando: “vamos falar com os senadores”. Quem indica e quem comanda o DNIT de Rondônia, não sei quantos anos, desde quando eu estou em Rondônia, é o Raupp, e aonde esse Raupp esta, você sabe como é que é. Porque o General Frates se eu não me engano, que é do DNIT nacional ele é um cabra sério, sim. Agora, infelizmente nos Estados tem, porque nós temos 3 senadores, um é que manda no DNIT, é o mais enrolado, que é esse Raupp, e o Acir e o Cassol, parece que tem medo do Raupp e a tal de Marinha é quem manda em tudo.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Deputado?

O Sr. Hermínio Coelho – Deputado Adelino, não adianta estarmos falando aqui por que todo mundo sabe, a 429 mesmo, todo mundo sabe que foi desviado não sei quantos milhões, dinheiro das pontes, foi desviado e todo mundo roubou, mas ninguém tem coragem nem de falar o nome. O responsável pelo DNIT de Rondônia é Raupp e companhia. E o Governo Federal antes de 2003, se andava o Brasil todinho, a maioria das estradas do Brasil, acabadas. E hoje não, melhorou e melhorou muito, inclusive Rondônia. O problema é que não tem como... os Prefeitos roubam, Secretário rouba, é uma ladroagem danada, e a culpada de tudo é a Dilma. A Dilma é quem tem culpa de tudo. Agora, a Dilma manda vinte milhões

para Mirante da Serra, aí os ladrões metem a mão em dezoito milhões, e a culpada é a Dilma. Lá em Pilão Arcado, na Bahia ele rouba 100%, a culpada é a Dilma. É como eu falei para você, meu amigo, com esse tanto de safado que tem na política do Brasil, não tem jeito, não. Enquanto nós não mudarmos de como se joga o sistema, a cultura, enquanto não mudar o jogo, da forma de jogar a política, não adianta que hoje ninguém sobrevive na política de forma honesta. Para você governar o país, você depende de um Congresso Nacional, aonde o Presidente é um dos picaretas, um dos mais bandidos que tem no Brasil, aquele tal de Eduardo Cunha, o do Senado também, é lá da república de Alagoas, lá da pistolagem, do faroeste. Aí a gente fica aqui com discurso que não vai resolver nada, só resolvia se colocasse essa turma...

O SR. LEBRÃO (Presidente) – 02 minutos para concluir essa discussão.

O Sr. Hermínio Coelho – Essa turma, Deputado Lebrão, essa turma principalmente do Raupp... Agora, a turma do Raupp desvia trinta milhões da 429, quando o Raupp vai lá e a Marinha, vai na 429 ela é a rainha, é a rainha da 429. Mete à mão no dinheiro, na grana da estrada, aí vai lá todo mundo puxando o saco, na época da eleição tem quinhentos mil votos. Aí meu amigo, não adianta.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu quero agradecer o Aparte. Eu fui 12 anos Prefeito e fui Executivo, Legislativo, e principalmente com a experiência que eu tenho no Executivo, eu concordo que tem muita influência política, mas, quem nomeia é responsável, porque ele tanto nomeia, como ele exonera. Todos os que foram executivos sabem que se você tiver trabalhando, se você não conhecer sua equipe, se você não percebe que a pessoa é malandra, se a pessoa ou você fizer algum jogo com ele, depois você não tem moral para exigir que ele mude esse jogo. Então, eu concordo em partes que a Presidente da República é responsável por tanta coisa que acontece nesse País. Ontem mesmo, anteontem eu estava acamado, e eu assistia uma votação no Supremo Tribunal, onde estavam voando quanto a questão do FIES, falando o porquê interrompeu o FIES, e agora dando direito aqueles que não se inscreveram por causa da internet, dizendo, o levantamento, o Presidente do Supremo, falando que o ano passado, o ano retrasado eram quatro bilhões previstos no financiamento, depois do ano passado foram quatorze bilhões. Agora, esse ano, colocaram quatro e já acabou e deu problema na internet. Só no ano político que tem para doze, mas, o dinheiro sumiu tudo de uma hora para outra! Antes não tinha, depois tinha, depois não tinha mais. Então, na realidade, nós vivemos uma farsa nesse País, havia uma farsa escondida, portanto a situação, o desmando é muito grande. Agora, aqui em Rondônia, especificamente do DNIT eu falo que tem alguma coisa diferente do resto do país se tratando do DNIT. E o próprio General, já que eles, já que é uma pessoa competente por que ele não percebeu que tem que trocar ou chamar o Senador. Se foi ele que indicou, por que não troca? Porque quem dá o recebimento das obras são os engenheiros, quem vai para Brasília, as medições para pagar é o Ministério que paga essas obras. Então, se não tá legal, por que paga? Ele veio aqui pessoalmente e viu

que o serviço estava mal feito, por que pagou? Era só mandar a empreiteira de volta e fazer de novo. Então, eu quero deixar aqui registrada a minha indignação com certas situações. Agora, esses escândalos que acontecem, de fato hoje na FIFA e outros, a gente vê tantos escândalos, mas esperamos que isso sirva para colocar o Brasil a limpo, porque nós não aguentamos mais pagar imposto. A população não aguenta mais, até anteontem toda a população do Brasil trabalhou para o Governo, trabalhou para pagar imposto, agora que começou a trabalhar para nós, nós começamos a trabalhar ontem para nós mesmos. Até agora foi só para pagar imposto. Então, nós temos que tentar fiscalizar melhor esses recursos para que melhore a situação da população.

Eu já encerrei o meu discurso.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Só uma coisa que eu não poderia deixar de citar aqui.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Deputado Lazinho, com a palavra.

O Sr. Lazinho da Fetagro – Não vai consertar nunca, enquanto o Congresso tiver sendo financiado por empresas, o Parlamento e o Governo sendo financiado por empresas não vai melhorar nunca. Aí bota a Lei para fazer Reforma Política, o que é que os caras fizeram lá? E o Supremo também não tem tanta moral assim para está julgando um processo que é do Governo. Quem tem dinheiro, ou tira dinheiro e põe dinheiro é o Governo. Uma outra coisa, Deputado, não dá para imaginarmos que a Presidente Dilma vai saber quem é o Diretor do DNIT aqui, que às vezes nem é técnico, não tem como saber. Uma coisa é Vossa Excelência governar um Município, e outra coisa é governar um Estado e um País. Agora, nós estamos aqui nós podemos dizer: “está errado e tem que arrumar, está errado e precisa ser arrumado”. Então, temos que...

O SR. LEBRÃO (Presidente) – 30 segundos para encerrar.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Agradeço o Aparte. O General foi indicado, foi isso que eu falei, o General foi indicado pela Presidente Dilma, e se ele é uma pessoa de confiança ele não pode deixar acontecer. Então, indiretamente ela é responsável sim...

O Sr. Laerte Gomes – Ela fатиou os Ministérios, Deputado.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Porque se ele permite, ela também é responsável. Então, eu quero dizer que nesse País, inclusive, a Reforma Política, o Congresso Nacional tem certa culpa, mas nós não podemos usar como o aleijado, sempre a desculpa do aleijado é a muleta, não é? Então, nós temos que procurar consertar as coisas e assumir aquilo que é para assumir.

O Sr. Laerte Gomes – Permita-me um Aparte Deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu não sei, o Presidente Lebrão já me deu dois minutinhos.

O Sr. Laerte Gomes – É só para comunicar a presença do Vereador Geraldo da Vitória, do Município de Alvorada D'Oeste,

e dizer que a Presidente Dilma, realmente, não indicou o nosso Diretor do DNIT, mas fatiou os Ministérios para os partidos e colocaram, portanto logicamente a responsabilidade é dela que é gestora.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Então, eram essas minhas palavras.

Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Eu quero fazer um apelo aos Deputados, e de acordo com as inscrições nós ainda temos duas horas de pronunciamentos. Então, eu gostaria que fosse respeitado o horário regimental, e fazer uma solicitação ao nosso Assessor Técnico, que nós só daremos um minuto de tolerância e Vossa Senhoria pode cortar o microfone. Encerrado o Grande Expediente, passemos às Comunicações de Lideranças.

Com a palavra o Deputado Jesuíno Boabaid.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Boa tarde a todos. Presidente, eu quero cumprimentar o Presidente em nome de todos os Deputados; cumprimentar os jornalistas; quero aqui também registrar a presença da minha esposa Ada Dantas, que também é Presidente da ASSFAPOM; O Cabo Geraldo, e as pessoas presentes na galeria. Dizer também que eu quero fazer a mesma reclamação por conta desse vidro que até o presente momento não foi dado nenhum motivo de conserto, a gente tem que cobrar e tomar as medidas legais, ouviu Manvailer? o senhor que também está na situação, tem que cobrar. Mas vamos ao que interessa.

Na Rondônia Rural Show, eu fiz um discurso bem sucinto referente a documentação que foi encaminhada aqui para esta Casa, do Coronel Prettz, aonde ele relata que eu estava interferindo os trabalhos das Comissões, que trata sobre desligamentos, demissões, licenciamento também da disciplina. O fato é que eu recebi denúncias de que esses policiais militares que se encontram respondendo, devido a processo administrativo, estavam sendo perseguidos e por conta do que eu havia feito uma convocação do Sr. Major PM Frederico, isso ocorreu numa quarta-feira, quando foi numa sexta-feira o documento foi expedido, pedindo o licenciamento a bem da disciplina desses policiais militares. Então, como uma forma de retaliação e na minha condição de Parlamentar, a qual está consagrado na própria Constituição Estadual, no Regimento Interno desta Casa, eu fui até lá para saber se houve uma denúncia e se realmente procedia, e ali eu me deparei com o Sr. Major De Lima, o Capitão França, que é do meu curso de soldado e tinha mais um oficial. Conversamos tranquilamente, e na conversa, inclusive, eu me apresentei, ele sabe que eu sou Deputado, foi tranquila, houve um tratamento de forma digna, em nenhum momento a gente extrapolou, nenhum desrespeito, e houve uma surpresa, Presidente, o Major PM De Lima fez um documento que está escrito na própria, tem uma cópia que está escrito “reservado”, “reservado”. Eu estava interferindo e ao final ele diz, relata os fatos, inclusive, falei com o Major PM Braga, e pede para o Corregedor tomar algumas medidas, para o Corregedor Coronel PM Carlos, salvo engano, Carlos Santos; ele encaminhou pedindo providências para o Comandante Prettz, para que esta Casa tomasse uma

providência contra o Deputado Parlamentar, e aí quando falei naquele dia foi até um pouco de forma, muito acelerado, por questão daquele calor, por conta também da questão do local e o tempo. Eu falei que ele tinha desrespeitado de morte o nosso Estatuto e o nosso Regulamento Disciplinar. Porque ele desrespeitou? Eu vou fazer bem, só separei o que interessa realmente, e quais foram os dispositivos legais ao qual ele passou por cima e feriu:

1º - O Decreto 13.225, de 12 de novembro de 2007. A prova regularmente disciplinada da Polícia Militar.

Capítulo de natureza das transgressões.

Artigo 14º - Ele diz que é natureza leve, média e grave.

Artigo 17º - As transgressões finais de natureza grave, natureza grave. Divulgar informações reservadas. Esse é o 7º.

8º - Desrespeitar os órgãos dos Poderes Constituídos ou qualquer dos seus membros.

O Coronel Prettz fez isso, e depois eu vou explicar porquê. E aí nós vamos ao Estatuto da Polícia Militar, Decreto de 1982.

Art. 29 - O sentimento do dever, o pundonor policial-militar e o decoro da classe, impõe a cada um dos integrantes da Polícia Militar conduta moral e profissional irrepreensíveis, com sua observância dos seguintes preceitos da ética policial-militar:

IV - cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instituições e as ordens das autoridades competentes;

XI - acatar as autoridades constituídas.

Então, senhores, quando ele disse feriu de morte, é porque nós temos prerrogativas, e na minha fala eu disse que um Deputado somente poderá ser preso em crimes inafiançáveis. Desde o momento da diplomação, todos os Deputados têm essa condição que é dada pelo voto, que é dada pelo poder do povo, que a democracia, é isso, o poder emana do povo. E com isso nos garante essas prerrogativas. O Coronel jamais, como foi uma pergunta, Senhor Presidente, para o Secretário de Segurança. O senhor tinha ciência deste documento, quando foi informado e lido nesta Casa? Ele falou: não, não tinha informação. Por quê? O Comandante Geral está numa cadeia hierárquica, onde ele deve respeitar o Secretário de Segurança, e o Secretário de Segurança, o Governador do Estado de Rondônia, Confúcio Aires Moura, ele é chefe das polícias, ele jamais poderia encaminhar uma documentação da forma que ele encaminhou. Passou por cima de quem? Do próprio Governador. Então, não fui eu que feri, se tivesse qualquer informação e pedisse: “Governador eu tenho aqui um documento”. E encaminhasse para o Secretário e o Secretário encaminhasse para o Governador e o Governador mandasse o expediente para esta Casa ou Ofício, eu iria responder, assim como eu vou responder, e a minha resposta é bem tranquila. Em nenhum momento eu feri a ética, até porque, como bem diz e nem cabe, o papel do Parlamentar é fiscalizar, é legislar, é controlar ainda mais nas atribuições a qual me compete como Presidente da Comissão de Segurança Pública. Essa é a minha responsabilidade, jamais vou me eximir. Então, é isso, eu vou pedir que depois que for encaminhado, vá para o Corregedor desta Casa as devidas informações posteriormente os encaminhamentos e já vou pedir também para expedir um Expediente, para o Presidente desta Casa que tome as medidas legais contra o seu Comandante Geral

da Polícia Militar, Cel. Pretzz, pois ele feriu de morte, o Estatuto da Polícia Militar e o regulamento da Polícia Militar, portanto, que seja apurada a conduta dele também, assim como foi feito porque eu não entendi até agora, o teor deste documento, ele diz uma série de coisas e ao final diz que esta Casa, mas ele ainda entende, eu penso que ele deve ter aquele sentimento, ainda, que eu sou soldado da Polícia Militar e hoje sou Deputado Estadual devidamente eleito, diplomado com assento nesta Casa. Eu vou falar sobre a situação dos Policiais militares, senhores em Jaru a Polícia Militar é que está fazendo o serviço de perícia, exame de corpo de delito. Olha que ponto nós chegamos? a polícia militar fazendo o papel da co-irmã, a perícia a Polícia Civil. Já não tem efetivo, e ainda tem que tomar essas questões de fazer o serviço que não esta inerente a eles, o papel da polícia militar, na prevenção, ordem pública na ostensividade, esse é o papel, não é fazer perícia.

Mas outro ponto também. Eu quero entrar, questionar sobre a polícia, cerca de doze bombeiros fizeram uma indagação para o Comandante atual, do Corpo de Bombeiros, perguntando sobre a questão das escalas que estão cumprindo 26 horas por 46 horas. A resposta do Comandante foi à seguinte: instaura-se inquérito Policial Militar para eles. Os doze, agora estão respondendo inquérito policial, sob pena de serem até condenados criminalmente por apenas indagar, assim: olha, a gente quer saber o motivo desta escala que não está no plano de policiamento da Capital. E a resposta de forma ditatorial, usando as suas prerrogativas, a qual cabe a eles, foi a instauração de inquérito e veja em que ponto esses militares agora estão sofrendo uma possível, se for o caso até uma demissão. Eu vou, de forma, que eu hoje eu quero deixar bem claro que nós usamos a palavra e nós somos taxados aqui como oposição, mas não é oposição, nós temos que falar a verdade, temos que buscar sempre melhoras para o Estado de Rondônia, se a coisa não vai bem, jamais vamos pronunciar uma coisa que esta andando, caminhando de forma tranquila, de uma forma harmônica, de uma forma que o Estado merece, a gente tem que buscar, denunciar sempre aquilo que não esta a contento.

Eu vou falar sobre a questão da Saúde. Ao lado do Hospital de Base existe um local aonde tem diversos equipamentos de radiologia, de ressonância, que há mais de um ano esta lá ao lado e ninguém colocou ainda para funcionar, e existe um sistema dentro do próprio SUS que para você marcar uma ressonância leva em média para ser atendido um ano e três meses, e aí o Governo deixa ficar desta forma, esses equipamentos jogados e sem utilização e não dá o devido procedimento de colocar em funcionamento.

É por isso que existe essa fila.

O Sr. Dr. Neidson – Um Aparte, Deputado Jesuíno?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Passo a palavra ao Deputado Neidson.

O Sr. Dr. Neidson – Essa informação nós temos que averiguar já de perto e vamos até com V. Ex^a lá para vermos realmente qual é a situação e qual o real destino desses equipamentos. E se não tiver destino, a gente pode até destinar para Guajará-mirim, para Costa Marques, para São Francisco para que sejam

utilizados, e diminuir essa fila que temos aí de várias pessoas, esperando aproximadamente um ano realmente, oito meses e um ano e meio para realizar uma ressonância. Então, nós temos que apurar isso, e quero lhe parabenizar também por presidir a Comissão de Segurança Pública no qual hoje pela manhã, nós tivemos uma reunião junto com o representante da SESDEC e mais o Ministério da Justiça, que era o Dr. Shalimar, no qual nos deu também, nos abriu a mente para criarmos aqui nesta Casa de leis, uma lei que possa regulamentar a quantidade mínima de policiais militares, bombeiros e policiais civis no Estado de Rondônia. Ele nos disse que já tem uma regulamentação em Alagoas.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Alagoas.

O Sr. Dr. Neidson – O Governo entrou com uma ação de inconstitucionalidade indeferida já pelo Ministério Público no qual consta que é constitucional. Então, nós vamos realizar essa Lei e vamos colocar em votação aqui, espero que os Nobres Parlamentares também possam estar de acordo e nos apoiar.

Obrigado.

O SR. JESUÍNO BOABAID – É, realmente hoje pela manhã foi salutar a reunião que teve junto com a Comissão, tinham vários, 07 Deputados presenciaram, o Dr. Shalimar expondo de uma forma técnica um apanhado que ele fez de dados e ele trouxe a questão de um Projeto de Lei que já existe em Alagoas que disciplina o mínimo legal para as corporações. A Polícia Militar hoje, o efetivo, prontos 3.200, o efetivo mínimo deveria ser de 8.300 homens. A Polícia Civil também vai trazer dados e com aquele discurso, com aquela apresentação, eu e o Deputado Léo Moraes... inclusive, vai ser lido agora, em caráter de urgência, foi apresentado um Requerimento para fazer uma Audiência Pública na segunda-feira para discutirmos e ele virá. O Dr. Shalimar já se prontificou, as demais autoridades e todos os Deputados queremos convidar e as demais pessoas para se fazerem presentes, porque foi uma coisa que trouxe para nós um conhecimento de forma técnica, portanto temos que buscar realmente, com esta Assembleia, ela é vanguarda nas questões das normas aqui, apresenta proposituras realmente que garantem direitos para a própria sociedade. Então, pedimos que haja comparecimento para até, todo o dia fazemos um pedido, e qual é o pedido? O aumento do efetivo, a melhoria de condições de trabalho para os militares, para os policiais civis, pra os delegados. Estamos sempre buscando as melhorias para esses profissionais de segurança pública. Falamos mais na questão de segurança porque saímos de lá também e temos esse papel.

Outro ponto que eu quero falar aqui, é sobre o site. Eu tenho um site, Deputado Jesuíno, tem um contato, tem um canal que fala sobre a questão de denúncias, eu recebi, recebo diversas denúncias e uma delas é sobre a questão de Calama, lá o efetivo é reduzido e o militar trabalhando 24x24. Lembro que sempre falei sobre a questão do serviço voluntário quando pedimos que não era para ser extinto, que o Governo era para manter, dar condições para o militar e hoje está aí, o militar está tirando uma escala de 24x24 e o Estado não está recompensando ou compensando o seu horário trabalhado.

Tivemos recentemente um suicídio onde um militar matou sua esposa que era médica e depois suicidou-se. Então, são condições assim que realmente nós temos que começar avaliar, e por conta de quê? Ai eu pergunto: excesso de carga de trabalho, a questão de não ter pessoas para dar um acompanhamento psicológico, o militar sai das suas escalas já vai para... imagina, 24x24? Eles não têm vida, eles estão vivendo uma vida só para trabalho e ainda não é bem remunerada. Então, eu peço novamente a esta Casa, e que nós possamos juntos ao Governo, buscar essa solução, não podemos...

Outro ponto aqui que eu quero deixar para vocês. Dentro da Polícia Militar, existe um quadro onde o militar que está com problema de saúde ele vai ficar em grupos, inclusive o Deputado Neidson é médico, trabalhou na ASTIR, trabalha, ele sabe a condição, quando você está em grupos se você faz só uma espécie de serviço. Agora, por conta da reintegração da Dilma Rousseff, que é aquela questão da ETE, onde estão desapropriando aquelas pessoas daquela localidade, os policiais militares estão cumprindo escala igual a quem está apto por falta de efetivo. Isso já era noticiado, queriam sacrificar essas pessoas. E aí fui ao interior, em Ji-Paraná, fiz uma visita nos quartéis e pude constatar in loco a satisfação generalizada por parte daqueles policiais militares, militares que estão tirando serviço, um policial dentro de uma viatura. Imaginem, os senhores, um policial no interior por cada viatura, e aqui quer empregar, agora, a guarnição que foi dado o nome de "suicida", dois policiais militares por cada guarnição que é o tipo "A", isso cada dia vai aumentando, todo dia é noticiado, homicídio, latrocínio, furto, roubo e nem uma medida está sendo tomada de forma drástica. O Governo tem... inclusive, eu vi que vamos nessa Audiência discutir, questão do efetivo, aonde está empregado os efetivos, aonde está destinado os efetivos. Temos que debater isso de forma profunda, doa onde doer. Então, vou cumprir o meu tempo regimental que para mim parece que foram 10 minutos, mas tudo bem são 20 minutos.

Assim para finalizar, eu espero que possamos chegar até o final dessa legislatura, porque eu sempre vou acreditar, eu vejo aqui o Deputado Hermínio, quando ele fala: "a gente não tem mais condições, a gente reclama, a gente faz denúncia e o Governo não acata". Acata sim, quando a gente fala aqui nessa Plenária ele ouve, ele tem os seus ouvidos aqui, ele tem as pessoas que levam todas as informações, e como eu bem disse é noticiado de forma bem ampla, a televisão, a internet, os próprios sites divulgam e propagam as informações. Quero um dia poder sempre não ter mais nada para falar só até elogiar. Quem sabe um dia eu vá elogiar o Governo por estar fazendo realmente medidas legais.

Só para finalizar.

Governador, aquele seu compromisso que o senhor fez na época de campanha com aquele pessoal lá do Baixo Madeira, são cerca de 2.000 pessoas que estão jogadas nas barracas lá 2x2, vá lá ver, peça para o seu secretariado ir lá buscar, porque às vezes ele deve ter dado a informação, dada a ordem e o Secretário não tenho obedecido, igual a questão do "Orgulho do Madeira". Já estão com o sorteio lá das casas e até o presente momento não foi entregue. Por qual motivo? Então, o senhor vai lá e determine: "olha, vai lá e resolva o problema dessas pessoas". Tira essas pessoas, resgate a dignidade. Eu

vi uma mulher chorando: "eu não quero nada de ninguém, eu só quero ter aquilo que foi retirado meu, que foi meu espaço de terra, foi a minha casa, a minha dignidade". Aquilo quem ouviu, quem for in loco, vê ali uma situação constrangedora. Então, eu peço Governador, novamente nós estamos fazendo um Requerimento para essa questão do "Orgulho do Madeira" e a questão dos atingidos das Usinas, para mim foi a questão das Usinas, isso ninguém tira da minha cabeça.

Eu quero agradecer, estourando aqui 54 segundos.

Muito obrigado a todos.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Parabéns, Deputado Jesuíno, pelas suas colocações e por ter respeitado o prazo regimental. Ainda nas Comunicações de Lideranças, neste momento nós concedemos a palavra ao Deputado Dr. Neidson, por 20 minutos também com direito a Apartes.

O SR. DR. NEIDSON – Boa tarde a todos.

Não querendo me prolongar Presidente, mas com relação à denúncia que foi feita pelo nobre Deputado Alex Redano, já consegui aqui a Portaria do Ministério da Saúde, que é a Portaria nº 1737, de 19 de agosto de 2004, na qual "dispõe sobre o fornecimento de sangue e hemocomponentes no Sistema Único de Saúde, e o ressarcimento de seus custos operacionais". Então, eu estive lendo algumas dessas partes, li toda a Portaria, na qual diz que ele só repassa a cobrança, a cobrança é o ressarcimento da sorologia dos exames laboratoriais que se realizam ao sistema privado. Mas isso não impede também que no sistema privado, todos nós somos usuários do SUS. Então, por ser uma Portaria destinada aos usuários do SUS, todos nós temos o direito, mas só que eles estão repassando somente a cobrança das partes dos exames, operacionais, tudo. E considerando também que no parágrafo 2º, do Artigo 199 da Constituição Federal, veda a destinação de recursos públicos para auxílios e subvenções às instituições privadas, exceto nas hipóteses legais. Eu até também conversei com o senhor Orlando, que é o Diretor do Fhemeron, e ele disse que só estão repassando os custos operacionais, mas amanhã mesmo nós vamos lá também para ver quais são esses custos. E esses custos, nessa Portaria, eles dizem também que tem que ser repassado ao usuário que está na rede privada. Então, eles têm de ser informados. Agora, eu me pergunto: como é que ele vai ser informado, um paciente grave, que está sangrando, na beira da morte, um choque hipovolêmico, que quando perde muito sangue abaixa a pressão? Vai ser informado somente aos familiares ou às pessoas que o estiverem acompanhando. E essas pessoas que estão nessa situação, eles também são usuários do SUS, também pagam os impostos. Então, acho que essa lei é importante, mas, às vezes, também prejudica até o atendimento de alguns pacientes e pode levar risco de morte para as pessoas.

O Sr. Alex Redano – Deputado, permite-me um Aparte?

O SR. DR. NEIDSON – Com Aparte o Deputado Alex Redano.

O Sr. Alex Redano – Grande Deputado, Dr. Neidson, obrigado pelo Aparte.

Então, mesmo que não seja o sangue que esteja sendo vendido, a partir do momento que a pessoa necessitou de

sangue, chegou à bolsa de sangue no hospital: “olha, são quatrocentos e poucos reais”; a pessoa vai pagar, vai desembolsar esses quatrocentos e poucos reais. Ele vai está pagando pelo sangue. Pode vir outro nome: insumos, despesa das vacinas que teve para coletar o sangue. E outro detalhe que está tendo uma repercussão. A minha preocupação é também com a repercussão porque, está dentro da lei? está. Pode ser legal, mas é imoral. E muitas pessoas que usam o sistema particular, como bem falou o Deputado Adelino, eles vão pela carência do SUS. Um hospital hoje, vários hospitais que não têm obstetra, não têm ginecologista, então vai ganhar nenê no hospital particular. Mas, de repente, aqueles dois mil, três mil reais, aquela pessoa teve que fazer empréstimo, emprestar dos amigos e aí precisou de três bolsas de sangue, vai pagar mais um mil e duzentos? Então, essa é a crítica da população. E é muito complexa essa cobrança. Então, se for cobrar realmente, minha opinião seria dar um passo atrás, não cobrar. Essa lei existe há tantos e tantos anos...

O SR. DR. NEIDSON – 2004.

O Sr. Alex Redano - Desde 2004 que tem essa lei, e nunca foi cobrado esse valor. Outra pergunta: esse valor de quatrocentos e poucos reais, o que vai entrar para os cofres do governo, compensa esse desgaste, o desgaste político? Então, são várias questões. E compensa a perda de doadores? Quantas pessoas vão deixar de doar esse sangue por saber que seu sangue poderá ser vendido para o hospital particular? Vendido, não para o hospital, para os pacientes, porque quem vai pagar a conta é o paciente. O hospital simplesmente repassa integralmente o valor do sangue. E seria interessante convidar o Dr. Orlando para estar presente aqui, às 16 horas, na reunião de Vossa Excelência, que é a Comissão de Saúde.

O SR. DR. NEIDSON – Amanhã, não é?

O Sr. Alex Redano - Parabéns pela iniciativa de já ligar...

O SR. DR. NEIDSON – Eu também sou contra essa cobrança, porque qualquer paciente que chegar ao hospital público ou privado, ele é usuário do SUS e ele paga os mesmos impostos que qualquer um de nós paga. Então, todos nós temos o direito.

O Sr. Adelino Follador – Um Aparte, Deputado?

O SR. DR. NEIDSON – concedo o Aparte ao Deputado Adelino Follador.

O Sr. Adelino Follador – Com certeza, inclusive eu estou olhando a Portaria, como já foi citado pelo Deputado Alex, e foi citado pelo senhor, Deputado, é desde 2004. Se até hoje ninguém foi para a cadeia porque não cobrou isso aqui, por que agora, o que é que houve, algum questionamento do Ministério Público? alguma coisa? Nós precisamos saber se houve algum questionamento nessa questão. Mas eu acho que é um caso de revermos porque na realidade nós somos todos clientes do SUS.

O SR. DR. NEIDSON – Claro.

O Sr. Adelino Follador – Aqui não está deixando muito claro, dizendo quem está na rede privada... mas aquele que está na rede privada, às vezes é porque ele não está tendo possibilidade de ser atendido na pública, não é que ele queira ir para lá. Então, nós estamos privando ele, inclusive sacrificando ele mais ainda, se ele está se sacrificando, indo no particular porque ele não conseguiu ser atendido, nós estamos sacrificando ele ainda mais. Eu acho que vale a pena ser questionado, eu acho que a Lei existe há muito tempo aqui, ninguém levou em conta, tem tanta Lei por aí que ninguém leva em conta, eu acho que essa é mais uma que tem que alterar ela, mas eu acho que é questão do Ministério da Saúde.

O SR. DR. NEIDSON – É do Ministério da Saúde, é uma portaria, mas vários Estados transformaram em lei. Mas o Doutor Orlando me disse que é uma cobrança do Ministério Público. Eu até marquei para ir amanhã depois da Sessão lá na Fhemeron. Mas, então, eu vou acatar aqui o pedido do Deputado Alex Redano, eu vou tentar conversar com ele para que ele possa vir aqui também no horário da reunião da Comissão de Saúde, para prestar alguns esclarecimentos sobre isso também, sobre essas cobranças.

O Sr. Adelino Follador – Inclusive se tivesse questionamento do Ministério Público, que seja feita a defesa, que seja, talvez, feita uma visita ao Ministério Público, ao Promotor que questionou isso, e abrir essa discussão. Eu acho que isso é muito importante.
Obrigado.

O SR. DR. NEIDSON – Bom, sem mais, acho que era só para esclarecer um pouco essa parte, que tem realmente uma Portaria e que nós vamos tomar providências, para ver quais são as situações mesmo que ocorrem aqui no Estado, e vamos pedir também explicações ao Fhemeron.
Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Agradeço ao Deputado Dr. Neidson.

Encerrada as Comunicações de Lideranças, passemos à Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das Proposições recebidas. Neste momento, o Deputado Jesuíno passa a Secretariar a Sessão.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Procede à leitura das Proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIA

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Altera dispositivos da Lei Complementar nº 154, de 26 de julho de 1996.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA GLAUCIONE - Requer informações junto à Agência Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON nos termos do Artigo 29, inciso XVIII, Artigo 31, § 3º da Constituição Estadual e Artigo 179, inciso III do Regimento Interno, que seja encaminhada as folhas

de frequência do servidor Rafael Evangelista da Silva Chaves, referente ao período de 2012 até a presente data.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DR. NEIDSON - Requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 088/15.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS MAURÃO DE CARVALHO, AÉLCIO DA TV, E CLEITON ROQUE - Requer à Mesa Diretora, que seja adiada para o dia 03 de setembro do corrente ano, às 9 horas, a Audiência Pública que havia sido marcada para o dia 17 de junho, a qual debaterá sobre eventos culturais.

- REQUERIMENTO DOS DEPUTADOS LÉO MORAES E JESUÍNO BOABAI - Requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública para deliberar sobre a Segurança Pública no Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR - Requer à Mesa Diretora, a realização de Audiência Pública no dia 26 de junho de 2015, às 09 horas, com objetivo de debater assuntos sobre os impactos da Usina no município de Machadinho D'Oeste.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública nesta Casa de leis para debater sobre o esporte em nosso Estado.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES - Requer à Mesa Diretora que seja reagendada a Audiência Pública na Câmara Municipal de Ji-Paraná para discutirmos sobre a obra do Anel Viário de Ji-Paraná.

- REQUERIMENTO DA DEPUTADA LÚCIA TEREZA - Requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 103/15.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI D - Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Governo do Estado, explicações quanto às medidas legais e cabíveis que serão tomadas para amparar a comunidade atingida pela cheia em São Carlos, tendo em vista que a situação atual é indigna e precária.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI D - Indica ao Senhor Governador do Estado, que interceda junto ao DEOSP, a necessidade de urgente reforma da Penitenciária Regional Agenor de Martins, no município de Ji-Paraná.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAI D - Requer à Mesa Diretora, que seja solicitado ao Governo do Estado, explicações quanto ao dia, mês e ano de entrega das casas do Residencial Orgulho do Madeira, para as famílias que já foram contempladas com o sorteio dos imóveis.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Viara, entre a Rua da Lara e Rua Três e Meio, Bairro Ronaldo Aragão, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Amélia Farias, do trecho da Rua Alexandre Guimarães e Rua Raimundo Cantuária, Bairro Tancredo Neves do município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo com cópia ao DER, necessidade de pavimentação asfáltica na Rua Antônio Violão, entre José Vieira Caúla e Final da Rua, no Bairro Esperança da Comunidade, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LÉO MORAES - Indica ao Poder Executivo a necessidade de pavimentação asfáltica da Rua Edgar Graeff, entre o trecho das Ruas Assis Chateaubriand e Avenida José Vieira Caúla, Bairro Esperança da Comunidade, município de Porto Velho.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - Indica ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER, a necessidade urgente da restauração da rodovia RO-473, no trecho que compreende da BR-364, até a sede do município de Urupá.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - Indica ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER, a necessidade urgente da restauração da rodovia RO-470, entre o município de Ouro Preto do Oeste e o município de Vale do Paraíso.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO MARCELINO TENÓRIO - Indica ao Poder Executivo, com cópia ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER, a necessidade de recuperação da rodovia RO-470 (Linha 81) no sentido de Ouro Preto do Oeste ao município de Mirante da Serra.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE - Indica ao Governo do Estado de Rondônia, através do DER – Departamento de Estrada e Rodagens, a necessidade da construção da ponte sobre o rio Muqui situado na 4ª linha do município de Presidente Médici.

- INDICAÇÃO DA DEPUTADA GLAUCIONE - Indica ao Poder Executivo, através da Secretaria de Educação – SEDUC, necessidade de reforma, ampliação de salas de aula e quadra poliesportiva para atender a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Américo Brasileiro de Almeida e Melo, localizada no distrito de Migrantinópolis, município de Novo Horizonte do Oeste.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LAERTE GOMES - Indica ao Poder Executivo Estadual, a necessidade de patrolamento e encascalhamento da RO-135 no trecho da BR-429 até o município de Castanheiras.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO CLEITON ROQUE - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Departamento de Estradas de Rodagens e Transporte – DER, a necessidade de celebrar Termo de Cooperação com

a Prefeitura de Pimenta Bueno, objetivando a recuperação das ruas e avenidas do município com limpeza e encascalhamento.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO AÉLCIO DA TV - Indica ao Poder Executivo Estadual a necessidade de pavimentação asfáltica em diversas ruas do Bairro Três Marias, na necessidade de Porto Velho/RO.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO LEBRÃO E DEPUTADA LÚCIA TEREZA - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Rondônia, com cópia ao Diretor do DER/RO, a necessidade da pavimentação de 29 km de asfalto, no trecho que liga o município de Costa Marques ao Distrito Forte Príncipe da Beira.

- INDICAÇÃO DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR - Indica ao Senhor Governador do Estado, com cópia a SEDUC, a necessidade da permanência do Consultório Odontológico e Construção de Auditório na Escola Estadual Joaquim Vicente Rondon, no município de Porto Velho/RO.
Lidas as Matérias, Senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Solicito ao Senhor Secretário proceder à leitura das Matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LAERTE GOMES, que requer à Mesa Diretora que seja reagendada a Audiência Pública na Câmara Municipal de Ji-Paraná para discutirmos sobre a obra do Anel Viário de Ji-Paraná.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Laerte Gomes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEO MORAES - Requer à Mesa diretora que seja realizada Audiência Pública nesta Casa de Leis para debater sobre o Esporte em nosso Estado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento de Sua Excelência o Senhor Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL JÚNIOR, que requer à Mesa Diretora, a realização de Audiência Pública no dia 26 de junho de 2015, às 09 horas, com o objetivo de debater assuntos sobre os impactos da Usina no município de Machadinho do Oeste.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Ezequiel Júnior. Os Deputados

favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEO MORAES E JESUÍNO BOABAID - Requer à Mesa Diretora que seja realizada Audiência Pública para deliberar sobre a Segurança Pública no Estado de Rondônia.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento do Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – REQUERIMENTO DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, AÉLCIO DA TV E CLEITON ROQUE - Requer à Mesa Diretora, que seja adiada para o dia 03 de setembro do corrente ano, às 09 horas, a Audiência Pública que havia sido marcada para o dia 17 de junho, a qual debaterá sobre eventos culturais.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão e votação o Requerimento de Sua Excelência o Senhor Deputado Maurão de Carvalho e Deputados Aécio da TV e Cleiton Roque. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 015/15 DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID - Altera dispositivo da Lei Complementar nº 154, de 26 de julho de 1996.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Esse Projeto de Lei Complementar nº 015/15, encontra sem Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Solicito ao Deputado Adelino Follador que proceda seu Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Projeto de Lei Complementar nº 015/15 que altera o dispositivo da Lei Complementar nº 154, de 26 de julho de 1996. Autor: Deputado Jesuíno Boabaid. Senhor Presidente, nós somos de Parecer favorável. Então, pela constitucionalidade e pela legalidade, somos de Parecer favorável, Senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão o Parecer do Deputado Adelino Follador favorável ao Projeto. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o projeto.

A votação será nominal.

Convoco os Deputados que se encontram no fundo que venham ao plenário, senão nós teremos o Projeto prejudicado.

Está aberta a votação.

VOTAÇÃO ELETRÔNICA

- Deputado Adelino Follador	- sim
- Deputado Aécio da TV	- sim
- Deputado Airton Gurgacz	- sim
- Deputado Alex Redano	- sim
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- sim
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- sim
- Deputada Glaucione	- sim
- Deputado Hermínio Coelho	- sim
- Deputado Jean Oliveira	- sim
- Deputado Jesuíno Boabaid	- sim
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazineiro da Fetagro	- sim
- Deputado Lebrão	- sim
- Deputado Leo Moraes	- ausente
- Deputada Lúcia Tereza	- sim
- Deputado Luizinho Goebel	- ausente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- sim
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- sim
- Deputado Só Na Bença	- sim

Com 15 votos favoráveis, está aprovado em primeira discussão e votação o Projeto de Lei 015/15 de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Sr. Secretário.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Questão de Ordem. Só queria fazer um juízo de valor quanto a pessoa da Secretária de Educação, Fátima Gavioli. Tivemos ontem no município de Alta Floresta, e acabei esquecendo de falar da Secretária de Educação, Fátima Gavioli.

Ontem estivemos entregando uma camionete L200 triton para o NAC de Alta Floresta, que é o Núcleo de Apoio da Coordenadoria Regional de Educação, onde tivemos lá um evento, onde compareceu grande parte, parte majoritária dos professores e dos diretores das escolas, e naquela oportunidade tive a honra de anunciar, Deputada Lúcia Tereza, Vossa Excelência que é uma batalhadora da Educação, a reestruturação do Estado, na qual ainda precisamos nos debruçar sobre ela, não pode ser votado de qualquer jeito, mas, que diante de um Projeto de grande importância, tem benefícios como a criação de Espigão, da instalação da Coordenadoria Regional de Ensino de Espigão e de Alta Floresta. Quero dizer que isso é uma decisão de suma importância do Executivo, é um reconhecimento daquelas duas regiões, a

difícilidade que é fazer educação naquelas duas regiões, se tratando de educação indígena, de distância geográfica das escolas para o centro da cidade. Então, está se fazendo justiça e a Secretária Fátima Gavioli, na última semana, esteve em Brasília em reunião com os demais Secretários de Educação de todos os Estados do Brasil e ela foi um dos destaques nacional. Então, quero aqui fazer justiça e reconhecer o trabalho da Secretária Fátima Gavioli.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 035/15 DOS DEPUTADOS LAERTE GOMES E MAURÃO DE CARVALHO, que dispõe sobre a proibição de retenção ou apreensão de veículo em decorrência da não comprovação de pagamento de IPVA.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Falta o Parecer da Comissão de Transporte e Obras Públicas.

Solicito ao Deputado Airton Gurgacz que proceda Parecer pelas Comissões pertinentes.

O SR. AIRTON GURGACZ – Projeto nº 035/15 de autoria dos Deputados Laerte Gomes e Maurão de Carvalho, que dispõe sobre a proibição de retenção ou apreensão de veículo em decorrência da não comprovação de pagamento de IPVA. Nenhum carro que não seja pago o IPVA é preso, e tem outras taxas que se não forem pagas esses carros são presos, mas assim mesmo eu vou votar favorável ao Projeto, que aprove, Parecer favorável mesmo que a Polícia Federal conste que não há, que eu acho que esse Projeto não passa.

O SR. LAERTE GOMES – Para discutir, Sr. Presidente?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão o Parecer do Deputado Airton Gurgacz, Parecer favorável. Para discutir o Deputado Laerte Gomes.

O SR. LAERTE GOMES – Dizer Deputado Airton Gurgacz, vosso voto é total, é constitucional esse Projeto. Existem mais de dez Estados com decisão judicial, e em vários Estados as Assembleias já regulamentaram esse Projeto. A nossa Constituição Federal veda a utilização de um tributo com efeito de confisco no Artigo 154, a interpretação é pacificada no Supremo que através da súmula 223 esclarece, determina que a inadmissibilidade de apreensão de mercadorias por meio coercitivo para pagamento de tributos. Inclusive, ontem eu estive, me surpreendeu Deputado Jesuíno, foi relator desse Projeto na CCJ. Um acadêmico de Direito da ULBRA de Ji-Paraná fez o seu TCC em cima desse Projeto, apresentou mostrando a inconstitucionalidade, hoje da apreensão de veículos, de bens, e o Coordenador do curso de Direito da ULBRA elogiou o TCC dele e elogiou o nosso Projeto. Até recebi o email e recebi algumas outras sugestões também de Projetos nessa área para nós implementarmos. O IPVA, é um tributo como qualquer outro, como o IPTU, como o ICMS.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES – Só para eu concluir, meu Nobre Deputado, é que se tem que cumprir o que a legislação diz,

fazer a cobrança jurídica. Então, nós estamos bem amparados, o Projeto, é polêmico e deu muito debate, muita discussão. Mas o Projeto, é totalmente constitucional. Deputado Lebrão, e nós temos muita tranquilidade, fizemos pesquisa e a população recebeu muito bem o nosso Projeto. O nosso Projeto, o Deputado Airton falou bem, hoje a taxa de licenciamento e IPVA é pago junto, e no nosso projeto separa esse pagamento, da taxa de licenciamento e do IPVA. Então, o cidadão, vai ser multado da mesma forma, o cidadão vai ser negativado pelos órgãos de crédito e o DETRAN e o Governo do Estado vão poder fazer o que as Prefeituras fazem, que o Governo faz quando o cidadão não paga o seu imposto, cobrar judicialmente. Então, vai ser da mesma forma, o que vai ser evitado isso? Vai evitado à apreensão, que hoje, até porque, carro, veículo, moto, é um bem de trabalho, Deputado Lazinho, as pessoas usam para trabalhar. Vai ser evitada a multa diária lá no DETRAN, nos pátios, e também da mesma forma o leilão, acho que se faz, eu não tenho bem conhecimento disso, mas não sei se é com 90 dias, que se leiloa o bem da pessoa se não pagar. Então, é o único bem que acontece isso. Então, nós temos aqui sobre a legalidade e a constitucionalidade, já passou na CCJ e o relator foi o Deputado Jesuíno e ele pode falar sobre isso, é um projeto totalmente constitucional.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Só um segundinho Deputado Hermínio. Eu vou colocar em votação o Parecer do relator, depois eu vou colocar em discussão o Projeto.

Em votação o Parecer do Deputado Airton Gurgacz. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em discussão o Projeto. Para discutir o Deputado Hermínio Coelho.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só queria no caso, Deputado Laerte, o Projeto, a importância do Projeto é exatamente para que se o cara não pagar em dias o IPVA, não prende o carro?

O SR. LAERTE GOMES – Não. Não prende o veículo, não pode apreender, vai ser multado o veículo. Enfim, vai cumprir o que a lei diz, menos apreensão, proibição da apreensão.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Eu só queria dizer, que de qualquer forma eu não sei se esse Projeto é tão bom assim, mas até me veio a ideia o seguinte: eu devo, eu vou apresentar um Projeto agora, dizendo também que não pode cortar nem a energia e nem a água do povo se não pagar em dia, porque eles cortam.

O SR. LAERTE GOMES – Não, mas a comparação de Vossa Excelência ela é ridícula, porque nós estamos falando de imposto. Então, Vossa Excelência compare com o IPTU, com o ICMS, aí eu vou concordar com Vossa Excelência. Agora, com energia e com água não, nós estamos falando de taxas, de tarifa, nós não estamos falando de tarifa, estamos falando de imposto.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Hermínio, eu fui o relator, é só para corroborar...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Não, eu não acho. Porque eu acho que se nós estamos fazendo uma lei aqui para beneficiar o cara que não paga o imposto em dia, qual é o problema de nós fazermos também uma lei para que proíba o Estado de cortar a energia, a água se o coitado não pagar em dia? Eu não vejo nenhuma diferença, porque é o tipo de legislação que a gente faz, sempre para beneficiar uma minoria, porque quem não paga o IPVA em dia é uma minoria, a maioria paga. E é como eu lhe falei, eu acredito que nós tínhamos que endurecer mais as leis para quem dá calote nesse País e neste Estado, não amolecer. Eu acho que é muito parecido a situação, mais importante ainda, porque às vezes não é fácil, um pobre que ganha salário mínimo, às vezes não ganha nem um salário mínimo, recebe só o Bolsa Família, pagar duzentos, trezentos reais de energia por mês, não é fácil, a conta de água e luz é muito alta, por isso eu acho... eu vou ver, porque se esse Projeto tem legalidade, constitucionalidade não tem vício de iniciativa, e eu acredito que eu vou propor também para não cortar a água e a luz, vai também...

A Sra. Lúcia Tereza – Um Aparte, Nobre Deputado?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Deputado, só por questão de organização, vamos pela ordem em que eu tive a oportunidade de acompanhar aqui. Acendeu os microfones.

Então, ainda para discutir, o Deputado Adelino Follador, depois Deputada Lúcia Tereza, depois o Deputado Aécio, também Deputado Jesuíno e agora o Deputado Lazinho da Fetagro e também Deputado Léo Moraes e o Deputado, meu amigo Jean.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Quem está com a palavra?

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Adelino Follador.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Sr. Presidente, a minha preocupação, Deputado Laerte, é sobre a arrecadação dos municípios. Vossa Excelência sabe que o IPVA 50% é dos municípios, a Deputada Lúcia foi Prefeita sabe muito bem, ela está aqui, o Deputado que foi Diretor do DER, conhece muito bem, que nós temos que, a arrecadação dos municípios, a arrecadação do Estado, é 50% do Estado, e 50% dos Municípios, a arrecadação pode baixar e nós estamos contemplando o mau pagador. Então, o bom pagador fica prejudicado. Portanto eu acho preocupante essa Lei e acho que a intenção é muito boa, mas na prática a minha preocupação é principalmente a arrecadação dos municípios que vai cair.

Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda em discussão, a Deputada Lúcia Tereza.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Então, eu iria falar justamente o que o Deputado Adelino falou, quem vai sofrer muito Deputado Laerte, são as Prefeituras 50%. Os Prefeitos já estão com o pires na mão, e segundo, estou sabendo, a Polícia Rodoviária Federal não vai porque essa Lei vai sobrepor sobre a Federal. Agora, quando Vossa Excelência fala Deputado Laerte, que eu

Ihe considero demais, e Vossa Excelência sabe da amizade e Vossa Excelência é uma pessoa tratável, Vossa Excelência é uma pessoa de fino trato, mas quando você fala que meu amigo Deputado Hermínio, é ridículo o que ele propõe, Vossa Excelência me perdoa, isso é muito...

O SR. LAERTE GOMES – Não falei. Não falei. Eu falei a comparação, a comparação. A comparação Deputada, porque estamos falando de imposto e falou de tarifa.

A SRA. LÚCIA TEREZA – Então está bom, entendi mal, peço desculpas a Vossa Excelência. Porque não é, gente, justamente quem paga R\$ 60,00 e R\$ 70,00 da energia, nós poderíamos pensar até nisso, mas quando o Deputado Laerte disse que é imposto, não é Deputado Laerte, não é tarifa, mas, nós teríamos que pensar nisso, porque se corta a energia justamente de pessoas que não pagam, e muitas vezes não pagam porque não tem condições, é porque não tem condições, é diferente de quem tem carro, quem tem um carro, uma caminhonete tem qualquer carro, tem condições de pagar o IPVA e isso vai beneficiar, eu até acho que é bem popular esse Projeto, mas eu acho que beneficia, continuo falando, beneficia o mal pagador e penaliza quem cumpre com as suas obrigações, mas sendo do colega e ele já expondo que é viável, que não vai ser renúncia de receita, eu estou junto, Deputado Laerte. Eu acho que Vossa Excelência não faz as coisas por fazer, Vossa Excelência é um cabra estudioso. Agora, eu gostaria de acatar a ideia do Deputado Hermínio. Deputado Hermínio, eu gostaria que Vossa Excelência mandasse o seu corpo técnico, os seus funcionários estudarem para vê que maneira a gente pode minimizar essa questão da energia e da água, principalmente das pessoas carentes, abaixo de R\$ 100,00 principalmente daqui do nosso Estado, por que ...

O SR. HERMÍNIO COELHO – E a energia também, Deputada Lúcia, a energia também.

A SRA. LÚCIA TEREZA – É. Energia, mas Vossa Excelência tem que ir ao Rio de Janeiro para falar.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda para discutir, o Deputado Aécio.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, eu estou ouvindo aqui atentamente a discussão... primeiro, eu acho que essa Lei é totalmente inconstitucional, desde que quando nós tivemos discutindo lá na Comissão eu dizia isto. Segundo, logo que eu entrei, logo que eu assumi, eu pedi junto ao DETRAN um levantamento da taxa de inadimplência por município, para ter uma ideia. Porto Velho, a média da inadimplência, Deputado Hermínio, chega 42, 43% a inadimplência de IPVA, e existe algumas regiões lá no Cone Sul que chega a 18, 19, menos da metade daqui, mas nós estamos na região Porto Velho, Guajará-Mirim que a inadimplência passa de 40%, e se por um acaso nós aprovarmos a proibição da apreensão do veículo por causa da inadimplência, isso tende a aumentar. Nós sabemos que apesar dos problemas financeiros que o País passa, as famílias e tudo, mas quem pode comprar um veículo, ele tem que prevê o pagamento do IPVA, porque as Prefeituras

como foi dito aqui, elas dependem muito dessa arrecadação para manter muitos dos seus trabalhos, das suas execuções dentro do Município. Então, eu acho, eu acho sinceramente que nós estaríamos beneficiando o pagador, o mau pagador em detrimento ao bom pagador, eu só acho.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda para discutir o Deputado Jesuíno Boabaid, depois o Deputado Lazineho, o Deputado Léo Moraes, da mesma forma o Deputado Jean Oliveira e o Deputado Edson Martins.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Sobre esse Projeto, eu fui relator Deputado Hermínio, e eu quero dizer que não está de forma alguma, Deputado Aécio, ele não é inconstitucional, a única medida que é dotada, tomada, é que o agente de trânsito seja federal ou estadual, não vai poder reter o veículo, mas a aplicabilidade das multas, das sanções administrativas serão tomadas.

Outro ponto, esta Casa de Leis aprovou um Projeto onde garante que a Procuradoria do Estado, garante que um Projeto de Lei, o Procurador do Estado, ele vai até, salvo engano, R\$50.000,00 eles vão de forma extrajudicial executar. Eu vou dar um exemplo. Um veículo que hoje deve R\$2.000,00, a Procuradoria apenas vai peticionar, vai peticionar um documento e o próprio vai lá, vai recolher, vai poder executar, vai poder até prender o veículo e posteriormente, é essa discussão. Então, não há uma ilegalidade, por que o que acontece hoje? Existem momentos e eu posso dizer para o senhor, para todos os Parlamentares que se encontram aqui esta Casa aprovando esse Projeto de Lei, havendo uma redução, que para mim não vai haver redução, vai haver um aumento de caixa por conta que a própria Procuradoria através do Dr. Thiago, que é o Presidente da Associação já fez o compromisso: “olha Deputado, assim que for apresentado esse Projeto de Lei que garante essa questão da não apresentação do IPVA, a gente vai começar uma série de execuções, isso vai garantir apenas para o condutor do seu veículo, o proprietário do seu veículo essa condição de não apreensão do veículo. Então é isso.

Outro ponto que precisamos também refletir, é que nós estamos discutindo aqui ao invés de maus pagadores, o maior mau pagador é o Estado de Rondônia. Por que é o Estado de Rondônia? Quantos e quantos tributos estão sendo aí, estão deixando de recolher impostos, estão sendo desviados através de corrupção, de superfaturamento. Eu fui a vários programas de televisão, eu andei na própria rua com as pessoas e todos falavam em uma voz só, isso é importante. Eu sei que, Deputado Hermínio, que se formos garantir a questão da energia, da taxa, é outra situação, isso não é tributo, isso é consumo, energia é consumo, você paga para consumir, é diferente de um tributo, do imposto, a questão do IPVA, a questão do IPTU. O IPTU daqui a alguns dias, isso já está acontecendo, eu deixei de pagar dois meses do meu IPTU e a própria Fazenda Municipal já estava em fase de execução. O valor do imóvel, exemplo de valor de cem mil, ele já iria executar por R\$ 700,00, e se eu não pagasse iria leiloar e iria pagar os R\$ 700,00. Isso não vai ter inadimplência alguma. Então, peço aos demais Pares que analisem isso, eu garanto para vocês que não vai haver nenhum tipo de redução, o que vai haver é apenas essa questão. Quem não vai pagar, não vai pagar, e a Procuradoria vai entrar com as ações pertinentes.

Era isso que eu tinha para falar.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda para discutir, o Deputado Lazinho.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Primeiro, que na minha visão a Polícia Federal não vai cumprir, porque ela tem uma Lei Federal e ela vai cumprir a Lei Federal, é isso que eu imagino. O Projeto, é excelente quando se trata de beneficiar, principalmente aquelas pessoas que por um motivo ou outro não puderam pagar. A Polícia Federal não vai cumprir porque ela cumpre uma Lei federal e quem prende é a Polícia Federal. Outra coisa, é que o Governo vai vetar, e aí, nós vamos ter outra briga aqui para derrubar o Veto ou para manter o Veto. Então, eu acho, na minha visão, o Projeto tem um bom sentido, e eu parablenizo o Deputado Laerte, mas que não vai surtir o efeito que nós queremos que surta. Então, nesse caso eu acho que, na minha visão eu sou contra o Projeto.

O SR. LÉO MORAES – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda para discutir, o senhor Deputado Léo Moraes

O SR. LÉO MORAES – Bem, Senhor Presidente, eu quero concordar com muitos dos nossos Pares que já falaram a respeito dessa Matéria. Realmente a Deputada Lúcia Tereza tem razão, assim como o Deputado Aécio. Essa questão de tributo, afinal é tributo também por mais que seja consumo ou não, ou se não, a gente vai falar da COSCIP de iluminação pública que está embutida na parte de iluminação elétrica que nós também pagamos. Então, ele é tributo sim, e nós, eu acho que é temerário nós aprovarmos isso sob pena de realmente nós beneficiarmos o mau pagador. Então, vejo que quanto à constitucionalidade, eu não entro nesse diapasão, nessa discussão, mas que tenhamos que ter muito atenção no Projeto dessa magnitude, sob pena de realmente ter que voltar aqui de repente a derrubada do Veto, porque também não será praticada e nem implementada. Só para deixar o meu registro.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda para discutir, o Senhor Deputado Jean Oliveira.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, eu quero dizer que essa Matéria, é muito polêmica como vários já disseram aqui. Eu penso que não é inconstitucional porque não se trata de oneração ou desoneração de tributos ou renúncia de receitas, qualquer dessa natureza. Mas todas as vezes que se fala sobre tributos, se fala sobre pagamentos de obrigações para com o Estado.

Senhor Presidente, pedimos para fazer silêncio no plenário.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Eu gostaria que dessem condições de fala ao nosso Deputado Jean Oliveira, para que ele pudesse emitir o seu raciocínio.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Queria dizer que tudo que se trata de tributo é muito complicado e nós temos aqui pensamentos

distintos. Eu quero fazer uma ponderação ao Projeto do Deputado Laerte, a quem eu tenho respeito, sei que é um Deputado atuante, por dias está se debruçando sobre essa Matéria, esperando o dia da votação. Fez um acompanhamento junto a cada colega, pedindo apoio para o Projeto. Mas eu queria dizer que esse mesmo problema do IPVA, que é como se fosse um recolhimento indevido, como se fosse, não, é um recolhimento indevido do veículo. A gente sabe que se aprovar esse Projeto, Deputado Laerte, nós estaremos incentivando a inadimplência, no entanto, Presidente, o nosso sistema tributário, sempre é em favor do Estado contra o contribuinte. Exemplo, eu quero citar aqui, falaram de outros, de taxas e de tributos, por exemplo, o ICMS. O cidadão, esta aqui o empresário da família que é um dos maiores empresários do Estado de Rondônia, o Deputado Airton Gurgacz. Cada aquisição de material de outro Estado, ou seja, dos Estados que industrializam de fato, que é o centro sul do País, cada material que Rondônia importa de São Paulo, do Paraná, de Minas Gerais, nós temos que pagar um diferencial de alíquota aqui na barreira. Esse diferencial de alíquota é irregular, é ilegal, mas, nós temos que pagar, porque o CONFAZ assim entende. Esse dinheiro retorna a empresa como crédito tributário, como crédito de impostos, esse crédito é descontado em 48 vezes. Isso, só o que eu estou citando, Deputado Lebrão, é só para ver a distorção das Leis tributárias desse País, a forma incoerente como o Estado age para com o cidadão, para com o contribuinte. O Estado, é mantido pelo contribuinte e cada vez mais as leis enrijecem e prejudicam o próprio contribuinte. Eu concordo que precise se discutir a questão do IPVA, até porque um carro apreendido, 90 dias ele ir para leilão, eu sou contra, Deputado Airton, o senhor que foi do DETRAN, eu sou contra leiloar um bem, que já é irregular o seu recolhimento, mas, o Estado até agora não encontrou uma forma melhor de acabar com a inadimplência. Infelizmente, se tratando desse risco de ficar sem o seu veículo, ainda a inadimplência passa de 20%, imagine se nós não tivéssemos uma lei rígida, a inadimplência vai aumentar muito. E se tratando de crise, Deputado Laerte, me preocupa muito como já disse o Deputado Adelino, os Municípios estão em crise. Municípios de Rondônia são alimentados por repasses federais como o do FPM, o IPVA é uma fonte de renda importante para os municípios. Se a gente derrubar ainda mais as receitas municipais nós vamos quebrar os municípios. Tem municípios aqui em Rondônia que não conseguem comprar combustível para abastecer o parque de máquinas durante 05 meses, depende de Emendas Parlamentares ou de convênios do Estado para poder comprar combustível, não é nem peça, é combustível para colocar caminhão, pá carregadeira, patrol para andar. Então, me preocupa muito, e quero dizer que compartilho com sua preocupação em discutir as normas tributárias do Estado de Rondônia, mas, acredito que a sua decisão é um pouco radical, mas eu lhe parablenizo pela coragem, lhe parablenizo pela ousadia em discutir um assunto que tão é polêmico. Parabéns, mas eu acho que ainda não é hora, não é o momento de discutir um projeto, sabendo que nós estamos passando por uma crise, uma recessão nacional, não só estadual, não municipal, mas nacional.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda para discutir, o Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS – Sr. Presidente, eu vejo além da inconstitucionalidade, com todo o respeito ao nosso colega Deputado Laerte, alguns inconvenientes. Deputado Hermínio, nesse Projeto, um deles, Deputado Laerte, eu citaria que é o incentivo à inadimplência. Os municípios, às vezes precisam tanto desse recurso chegar lá no município os 50% do IPVA é o que faz jus aos municípios e a pessoa sabendo que não vai ser preso o veículo dele, ele pode atrasar 30 dias como pode também atrasar o ano todo, de repente ele não vai procurar pagar o IPVA dele durante o ano e pode até passar de um ano para o outro, porque ele só vai ser pego no dia que pegar ele numa blitz, se ele passar o ano sem cair numa blitz ele vai passar o ano sem pagar o imposto e vai entrar para outro ano. E além do mais Deputado Laerte, o inconveniente de que as pessoas, às vezes até incentivadas a fazer isso, alguns até por falta de conhecimento, Deputado Jean, vai sair daqui, vai atravessar a fronteira do município e aí o seu veículo vai ser apreendido lá em outro Estado e ele vai ficar com o veículo dele apreendido porque ele não pagou o IPVA do Estado de Rondônia por uma Lei Estadual. E no momento que, apesar, que a Lei não está dando nenhuma isenção, talvez, se não seria reduzir, mas o tempo que esse dinheiro vai chegar nos cofres públicos com certeza também ele teria alguma correção, que também não deixa de não ser uma renúncia de receita. Então, eu acho, eu vejo, Presidente Deputado Lebrão, apesar da boa intenção do Deputado Laerte, é um Projeto que analisando assim, de repente pelo constrangimento que alguém, até pelo esquecimento, às vezes na primeira semana que vence ele cai numa blitz viajando com a família, até seria relevante, mas eu até pensei aqui Deputado Laerte, de propor uma Emenda nesse Projeto que a cada 30 dias que a pessoa deixasse de pagar, que ele pagaria 10% de multa, porque as penalidades previstas já tem, se o cara não paga, se o cara já não paga dentro das penalidades previstas teria que haver mais uma penalidade da Lei.

O Sr. Jean Oliveira - Quer acabar com o contribuinte.

O SR. EDSON MARTINS – A Lei traz algum benefício, ela tem que trazer alguma penalidade, a cada mês, se ele atrasar dois meses, dez meses, a cada mês, ele pagaria um acréscimo, mas eu acho que não vai resolver o caso. Eu vejo realmente que a Lei é inconstitucional e, além disso, só vai trazer constrangimento. O cara pode atravessar a fronteira do Estado e o veículo dele ser preso lá no outro Estado e ele não tem nada a fazer porque não se aplica a Lei em outro Estado. Então, seria...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado, a sua Emenda é transformar Rondônia em Cuba. A sua Emenda é transformar Rondônia em Cuba, desse jeito.

O SR. EDSON MARTINS – Eu acho Deputado Jean, eu acho que é mais leve do que a sua. O Deputado Jean queria multar os laticínios em cem mil esses dias e transformar em Cuba, mas eu acho que tudo é discutido, Deputado Jean, eu acho que o que eu vejo, o que eu vejo é que a Lei, Deputado Laerte, pode analisar que realmente tem as vantagens, e a sua intenção foi muito boa, mas eu vejo a inconstitucionalidade e inconvenientes nessa Lei. Seria essa a minha discussão.

Muito obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Antes de colocar em...

O SR. LAERTE GOMES – Sr. Presidente, eu teria o direito...

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Fique a vontade, Deputado.

O SR. LAERTE GOMES – Gostaria de discutir um pouquinho mais o Projeto.

Primeiro, a questão da inadimplência, eu comungo aqui com os nossos Pares. Hoje, nós temos algo em torno de 36, 38% de inadimplência no Estado de Rondônia, do IPVA e o cidadão que não paga, alguns porque realmente não podem, não tem condições, trabalhadores que por motivo outro, não conseguem pagar o seu IPVA em dias, precisam dos seus veículos para trabalhar e muitas vezes é apreendido, levado para o pátio do DETRAN que é uma fábrica de multas, de impostos, de taxas, e depois leiloadado e perde até o bem, outros por mau caráter, o mau caráter, Deputado Lebrão, mau pagador, em qualquer situação ele vai deixar de pagar, o bom pagador, o cidadão de caráter ele não vai querer deixar o seu IPVA atrasado porque a cada vez que ele cair numa blitz, Deputado Jesuíno, ele vai ser multado e o seu débito vai aumentar. Ele vai precisar do seu nome limpo para ter crédito e cabe, cabe ao poder público, ao DETRAN e a PGE fazer a cobrança judicial. Então, não tem essa preocupação, eu não acredito que isso vá aumentar a inadimplência, a questão da constitucionalidade eu não tenho dúvida nenhuma que é um Projeto totalmente constitucional, isso eu não tenho dúvida nenhuma e vou falar algo aqui, se nós não aprovarmos, nós vamos ver o que vamos fazer aqui. Os Nobres Pares, e eu respeito opinião de cada um, queria até pedir desculpa para o Deputado Hermínio, eu não quis dizer ridícula a situação, só estou dizendo a comparação, porque uma é tarifa e o outro é imposto. A justiça já vai tomar essa decisão como tem tomado em vários Estados. A questão da Lei, sobrepor, sobre a Lei Federal também não acredito. A gestão que o Deputado Jean falou, Deputado Edson Martins e Vossa Excelência...

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Gostaria de pedir para que os Deputados desse condições ao Deputado Laerte para expor a sua opinião.

O SR. LAERTE GOMES – A questão dos municípios, essa crise grave dos municípios, eu preciso achar primeiro, porque se nós pegarmos o País, Deputado Adelino, hoje, diferentemente da época que nós fomos prefeitos juntos, é recorde a arrecadação em cima de recorde de arrecadação, e em nenhum momento a arrecadação dos municípios através do FPM dos repasses caiu nos últimos anos, não teve o crescimento desejado, mas não caiu. Presidente Maurão, o ICMS do Estado tem crescido mais que a média nacional. Mês passado cresceu 11%. Então, se cresceu do Estado, cresce...

O SR. ADELINO FOLLADOR – Só um minutinho. Eu concordo em parte, Deputado Laerte, mas eu discordo, porque os compromissos dos municípios aumentaram demais. Então, eu concordo com sua observação.

O SR. LAERTE GOMES – Eu vou chegar aí, eu vou chegar aí. O ICMS e o orçamento de todos os municípios se observamos,

nos últimos anos, todos cresceram. Agora, concordo com que o Deputado Adelino falou, as despesas crescem, mas os contratos que os prefeitos fazem também crescem muito. Nós temos muitos municípios que com os novos prefeitos que entraram, Deputado Lazinho, dobraram os contratos que tinham o mandato anterior, e percebemos que às vezes a crise é muito por falta de gestão e nós não podemos colocar a culpa disso em cima da população, em cima do povo. Esse meu Projeto, vem atender muito isso, atender o cidadão de bem que não consegue pagar o seu IPVA, que precisa do seu veículo para trabalhar, que sai com a família e, às vezes, é parado numa blitz, humilhado, o carro preso, vai para o DETRAN, que não tem mais local de colocar carro no seu pátio, paga a multa, a diária do carro e com 90 dias perde seu bem porque muitas vezes não consegue ter o dinheiro para pagar. O carro hoje, diferentemente do passado, que era um luxo, que era um bem, porque era um luxo, quem tinha carro, mas hoje, o veículo, o carro, a moto é um bem, Deputado Lebrão, de trabalho, de sustento da sua família, na maioria das vezes. Então, o meu Projeto vem focar esse público. Agora, dizer também que o mau pagador não vai pagar a conta de energia, de água, ele não vai pagar o IPVA, ele não vai pagar o mercado, ele não vai pagar a farmácia, ele não vai pagar ninguém. O mau pagador está imbuído no caráter dele. Agora, a pessoa de bem não vai querer ser multada em cada blitz que ela for cair, que ela for passar, porque ela vai ter uma multa, e certeza o cidadão de bem não vai querer ser multado, não vai querer ver o seu nome negativado e não vai querer ter o governo cobrando ele judicialmente. Muitas vezes, Deputado Jesuíno, é o Estado que é omissivo, que não cobra os impostos que tem para receber. Então, eu queria pedir aos meus colegas que analisassem isso, ninguém está aqui para incentivar, eu tenho certeza que não vai aumentar a inadimplência. Está separado aqui IPVA de imposto de taxa, para facilitar o cidadão pagar. E até me deram uma sugestão de retirar de tramitação, mas em respeito aos milhares de pessoas que mandaram mensagem apoiando o projeto, principalmente as pessoas mais simples que querem que esse projeto realmente seja aprovado, eu não vou fazer a retirada de tramitação, e disse que há muito tempo não se rejeita um projeto nesta Casa, espero que não se rejeite, que não seja rejeitado. A minha consciência, Deputado Jesuíno, vai estar tranquila porque eu tenho certeza que esse Projeto é constitucional e é de bem, para aquelas pessoas de bem que, por um motivo ou outro, não conseguem pagar o seu IPVA.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Laerte, se nós apresentássemos uma Emenda, um substitutivo onde tratasse do meio termo, baseando no princípio de que foi Vossa Excelência que trouxe a discussão para o plenário, então o mérito seria de Vossa Excelência. Um substitutivo, onde a gente estenderia, daria uma dilatação de prazo para o cidadão, do vencimento do IPVA, a gente conseguisse dilatar um pouco mais. Hoje, eu acho que são trinta dias, não é isso? se conseguirmos dilatar um pouquinho mais para não ter o veículo apreendido porque eu aprendi um negócio, Deputado Lebrão,

o cidadão não paga, não é porque ele é caloteiro, ele não paga, muitas vezes, porque ele está passando por uma crise. Se nós tirarmos, muitas vezes, a ferramenta de trabalho dele... muitas vezes o cidadão está desempregado, é com o carro que ele vai distribuir currículo, é com a motinha que ele vai distribuir currículo na porta de empresa. Se nós tirarmos o veículo dele neste momento, nós estaríamos cometendo uma atrocidade na vida dessa pessoa. Então, se a gente dilatar um pouquinho o prazo, nós faríamos um meio termo, sem causar prejuízo para o Estado, muito menos para o cidadão.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Questão de Ordem, Presidente?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - Quero fazer, então, uma proposta nesse sentido.

O SR. JESUÍNO BOABAID – 180 dias, Deputado. 06 meses.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO - A minha proposta é de que fique a primeira parcela, o primeiro ano não apreenda o veículo. Venceu o segundo, não pagou, a partir daí paga a lei, entendeu?

O SR. JESUÍNO BOABAID – Pronto. Boa, boa! Eu acho que isso é importante.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Lazinho, Vossa Excelência acabou de falar que a Polícia Rodoviária Federal não vai respeitar essa Lei, porque eles trabalham com a Lei Federal.

O SR. LAZINHO DA FETAGRO – Não, mas vamos deixar a bancada pública federal fazer.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Deputado Hermínio, a jurisdição da Polícia Federal é nas BRs, nós estamos falando de Estado, de município. Aí, se eles não quiserem cumprir, é outra discussão. Mas aqui, no município de Porto Velho que é a SEMTRAN, no caso, que vai poder fazer essa apreensão, deve cumprir com uma lei estadual. É outro ponto que eu quero falar aqui, rapidamente...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Deputado Jesuíno, já tem 40%, aqui em Porto Velho, que não paga o IPVA em dia. Se fizer essa lei, vai para 80%.

O SR. JESUÍNO BOABAID – Vai não, Deputado. Vai não...

O SR. HERMÍNIO COELHO – Vai. Vai porque a maioria das pessoas paga em dias porque tem a preocupação do carro ir preso. Eu conheço o brasileiro, rapaz...

O SR. JESUÍNO BOABAID – Só para concluir meu pensamento aqui...

O SR. HERMÍNIO COELHO - E outra coisa. Essa questão, Deputado Laerte, de executar do município ou o Estado ou a

União, principalmente os municípios e os Estado, não recebe nunca! O município e o Estado, o que tem de milhões de moeda podre aí, e vive executando, ele não recebe, Deputado Adelino. Ele não recebe! É como eu falei, esse Projeto, Deputado Laerte, não tem... Eu queria que nós discutíssemos aqui neste País, era lei da ordem. Eu sou a favor, eu sou democrático, eu sou a favor do respeito e tudo, mas esse negócio de dar moleza para nego abusar? Por exemplo, nos Estados Unidos, se o cara não pagar em dia o IPVA, vai preso, não é o carro não, é ele, é o dono do carro. Eu acho...

O SR. LAERTE GOMES – Dessa forma, nós vamos ter que votar Projetos, senhor Deputado. O IPTU, vai ter que ir lá, tomar a casa do cidadão, o ICMS quando o comerciante não pagar em dia, vão tomar a mercadoria.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Antes de colocar em votação, só por Questão de Ordem.

Antes de colocar em votação, no meu entendimento, esse Projeto, Vossa Excelência juntamente com o Deputado Maurão, fizeram com as melhores das intenções, também no meu entendimento, no momento em que vença o licenciamento que é o IPVA de um veículo, vence o DPVAT. Agora, eu lhe pergunto: se o camarada não pagar...

O SR. LAERTE GOMES – Nós estamos falando de IPVA.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Automaticamente, ele não vai pagar o DPVAT, só para eu concluir o meu raciocínio.

O SR. LAERTE GOMES – Mas está separado no Projeto, só para orientar Vossa Excelência.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Automaticamente, se ele provocar um acidente na outra esquina, é um problema. Outra coisa, gente. Aqui é uma Casa onde se elabora Leis, nenhuma Lei Municipal se sobrepõe a uma Lei Estadual, da mesma forma que nenhuma Lei Estadual sobrepõe uma Lei Federal. No meu entendimento, Deputado Laerte, no meu entendimento, Deputado Laerte, essa lei tem vício...

O SR. LAERTE GOMES – Se me mostrar a Lei Federal, eu retiro o Projeto.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Vossa Excelência tem que dar condições para que eu possa falar e depois Vossa Excelência faça uso da palavra. Então, no meu entendimento, essa Lei tem vício de inconstitucionalidade, e se um veículo ultrapassar a barreira de Vilhena em Rondônia, e chegar lá no Mato Grosso, ele será preso e automaticamente o camarada fica a pé.

O SR. SÓ NA BENÇA – Eu concordo.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Então, é uma Lei que tem que vir de cima para baixo, que tem que vir da esfera federal. Esse é o meu entendimento. Agora, todos aqui têm o direito de emitir o seu voto, mas é uma Lei que não tem cabimento.

O SR. LAERTE GOMES – Como o Nobre Deputado Lebrão citou meu nome, eu me sinto no direito de...

O SR. JEAN OLIVEIRA – Deputado Laerte, só para, mas, estamos discutindo o Projeto de Vossa Excelência, Vossa Excelência será citado a todo o momento. Eu só queria dizer uma coisa: nós estamos tratando de licenciamento Estadual, não tem Lei Federal para tratar sobre esse assunto, não tem. Agora, Deputado Lebrão, o IPVA é uma Lei totalmente diferente do ICMS, o ICMS tem CONFAZ para discutir, IPVA não, IPVA, nós, Assembleia, temos legitimidade para tratar sem constitucionalidade de... agora, só um minutinho. Deputado Lebrão, o senhor não pode deixar aqui despercebido um ponto de vista que nós fizemos para tratar de um substitutivo, se não der para tratar de substitutivo, tudo bem, mas não vamos votar o Projeto sem analisar o substitutivo primeiro, de dar um prazo de seis meses, tendo em vista que o licenciamento é prorrogado seis meses. É um critério de tolerância de seis meses, como o hoje é trinta dias, se o documento estiver vencido trinta dias anteriores nem o policial, nem ninguém prende o carro. Agora, seis meses, pode está no Estado de São Paulo, que não vai prender, a Lei de Rondônia permite isso.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Eu quero que Vossas Excelências apresentem a Emenda, para que possamos colocar em votação.

O SR. LAERTE GOMES – Como Vossa Excelência citou o meu nome, eu posso.

O SR. LEBRÃO (Presidente) - Fique à vontade.

O SR. LAERTE GOMES – Eu tenho o maior respeito por Vossa Excelência, sobre a questão, e às vezes Vossa Excelência, não conheceu o Projeto mais profundamente. No nosso Projeto, separa o licenciamento a taxa, tarifa, DPVAT tudo e o IPVA separado, então, cada um tem a sua função e a sua punição. Nós estamos tratando de IPVA, o resto, as taxas de licenciamento são separadas, outras datas de pagamento. Quanto à questão da Federal, nós temos uma Comissão de Constituição e Justiça que já deu o Parecer pela constitucionalidade. Então, Nobre Relator a vossa Comissão não está se aprofundando porque, eu tenho certeza que é constitucional. Até porque o STF publicou na Súmula 323 que diz claramente o seguinte: “que é inadmissível a apreensão de mercadorias com propósito de coagir o contribuinte ao pagamento de tributo”, isso é pacificado. Então, o que nós queremos aqui? Esse substitutivo Deputado Jean, se tiver a possibilidade, não tem problema nenhum para mim, não tem problema nenhum.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Eu gostaria que apresentasse a Emenda, para colocarmos logo em discussão e votação.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, por ética ao colega que apresentou o Projeto, a gente jamais vai atropelar o Projeto do colega, por isso trouxemos a discussão para o plenário. Então, eu gostaria, Deputado Laerte, que Vossa Excelência mesmo fizesse essa Emenda, colocasse seis meses, dilatando prazo de seis meses, vetando a possibilidade, uma Emenda coletiva, minha e do Deputado Laerte.

O SR. LAERTE GOMES – Pode ser Emenda de Vossa Excelência. Agora, sugeria que até o próximo pagamento do IPVA, de um ano, então. Acho que seria interessante isso, até para beneficiarmos quem não pode pagar.

O SR. HERMÍNIO COELHO – Coloca para votar aí, Deputado Jean.

O SR. JESUÍNO BOABAID - A Emenda poderia ser assim, rapidamente. O veículo, não ficará retido tendo o prazo de até no próximo licenciamento, trinta dias antes do próximo licenciamento, pronto, depois a gente redige.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Uma sugestão rápida aqui, porque na primeira vez que for pego, não pode ser preso, mais na segunda reincidente é preso. Para mim é uma alternativa.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Uma Questão de Ordem.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Pois não, Deputado.

O SR. MARCELINO TENÓRIO – Presidente, Deputado Adelino, foi feita essa Lei, elaborado pelo Deputado Laerte Gomes, é uma Lei muito boa. Mas é como disse o Deputado Hermínio, se fosse num país diferente, essa Lei... ela está implicando também os municípios, e os municípios arrecadam 50% do IPVA, o que você paga? Você paga mil reais, cinquenta fica nos municípios. Então, o município, está no seu orçamento esse recurso. Então, a Lei vai implicar diretamente os municípios, vai incidir diretamente nos municípios, e como falou o Deputado Hermínio Coelho, você imagina, hoje já tem 39% de inadimplência, se o veículo não for apreendido, quantos por cento vai deixar de executar o pagamento deste IPVA? Agora, o Projeto, os Deputados têm na sua particularidade de colocar em plenário para ser votado.

O SR. LAERTE GOMES – Senhor Presidente, a Emenda poderia ser colocada como, aqui uma sugestão, como eu sou autor do Projeto, não teve problema nenhum dos Deputados colocar coletiva, se colocar uma Emenda, então que a partir da data do vencimento do IPVA, com um ano não pode ser retido o veículo, após isso o veículo é retido. Essa é a Emenda.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Então, essa Emenda, eu vou colocar, eu vou designar o Deputado Adelino Follador, membro da Comissão de Constituição e Justiça para dar o seu Parecer sob a Emenda colocada pelas Comissões Pertinentes.

O SR. AIRTON GURGACZ – Presidente, Questão de Ordem.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – A vontade. Pode falar.

O SR. AIRTON GURGACZ – Se deixar mais um ano atrasado, o cara vai pagar dois. Como é que o cara vai pagar dois pagamentos se ele já está com um atrasado? Quer dizer, vai complicar mais a vida do cidadão. E a minha discussão é porque os municípios deixam de arrecadar 50%. Para o DETRAN é uma delícia, porque não precisa mais guardar carro de ninguém se isso acontecer, quem perde são os municípios.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Sem dúvida.

O SR. AIRTON GURGACZ – Agora, se deixar mais um ano, quer dizer, o cara não paga dentro do ano, e vai deixar para pagar daqui a dois anos, aí vai ter que pagar dobrado. Será que ele vai ter dinheiro para pagar? vai complicar mais a situação.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Para isso se discute o Projeto e cada um tem o direito de emitir o seu voto. Então, nós vamos aqui colocar a Emenda para ser apreciada. Eu gostaria que Vossa Excelência lesse mais uma vez a Emenda para que tivéssemos clareza da leitura.

O SR. LAERTE GOMES – A Emenda diz, até aqui Deputado Jean.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Eu queria que dessem condições para que pudéssemos ouvir a leitura da Emenda. O Relator precisa ouvir a Emenda.

O SR. LAERTE GOMES – O veículo não poderá ser retido até o prazo de 30 dias, antes do vencimento do próximo licenciamento. Então, não dá nem um ano, dá 11 meses.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Gostaria que o Deputado Adelino Follador emitisse o seu Parecer sobre a Emenda.

O SR. ADELINO FOLLADOR – Eu acho que foi muito discutido, eu sou de Parecer favorável e acato a Emenda com Parecer favorável, Senhor Presidente, e esperamos que cada um depois tenha o voto livre para votar. Eu acho que o Deputado Laerte está tentando, embora não saibamos se vai dar o efeito que nós queremos, depois, mas, com certeza vamos analisar e cada um vai votar conforme a sua opinião. Obrigado.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em votação o Parecer favorável do Deputado Adelino Follador, acatando a Emenda Coletiva do Projeto nº 035. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer, com um voto contrário, acatando a Emenda.

Em primeira discussão e votação o Projeto nº 035 com Emenda. Os Deputados favoráveis, permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

O SR. ADELINO FOLLADOR – É o Projeto ou a Emenda?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – O Projeto com a Emenda foi prejudicado. Está rejeitado e vai ao arquivo.

Próxima Matéria, senhor Secretário.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Senhor Presidente, eu gostaria que o senhor anunciasse a votação, gostaria que falasse a votação.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – A votação é simbólica.

O SR. LAERTE GOMES – Mas, eu gostaria de saber o resultado dela.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Votação simbólica, a maioria rejeitou o Projeto.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Vamos contar aqui.

O SR. LAERTE GOMES – Tem que contar Presidente.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Repete a votação, Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Então, eu gostaria que os Deputados se levantassem para que pudesse conferir a votação.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente, Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Olha, votação simbólica não se conta, nós já tínhamos conferido, mas tudo bem, a gente aceita, a maioria, é a Casa de Leis, aqui é democrático. Mas, eu quero mais uma vez parabenizar os autores do Projeto. Próxima Matérias, senhor Secretário.

O SR. LAERTE GOMES – Eu queria só falar, eu acho que eu tenho esse direito, não sei nem porque colocou a Emenda, se já queriam reprovar, já deviam ter reprovado lá. Agora, o que nós precisamos neste Estado, já que Vossas Excelências estão tão preocupados achando que o povo é nó cego e não paga os seus tributos e não vai pagar. Vocês estão imaginando o que o cidadão vai fazer. Nós precisávamos apurar o que tem que ser apurado neste Estado, os escândalos da SEFAZ, desvio de mais de um milhão de real, é o DETRAN cobrando taxas indevidas, emplacamento, não sei o quê lá de fiscalização que criaram, escândalo em cima de escândalo, e esta Casa não se preocupa com isso. Agora, talvez, quando é um Projeto que vai beneficiar as pessoas de bem, porque Vossas Excelências colocaram aqui as pessoas de Rondônia como todas de mau caráter, que não gostam de pagar, talvez isso seja um equívoco que nós estamos fazendo. Se Vossas Excelências dissessem: “nós não vamos aprovar porque não concordamos, porque é inconstitucional”, tudo bem. Agora, Vossas Excelências preverem que vai aumentar a inadimplência, o cidadão não vai querer pagar, é querer julgar a consciência dos outros. Mas, eu vou respeitar a decisão, e infelizmente tenho certeza que a população hoje lamenta a atitude desta Casa.

O SR. AÉLCIO DA TV – Presidente, eu queria apenas dizer que eu votei contra o Projeto, e não tenho opinião porque o Deputado Laerte dizendo que eu acho que todas as pessoas são mau caráter, pelo contrário, eu disse que 43%, eu coloquei até número, aqui, eu disse que 43% da população de Porto Velho está inadimplente, disse que alguns municípios chegam a 18%. Então, não significa dizer que é mau caráter, significa dizer que nós não podemos incentivar a inadimplência. Porque os municípios, a arrecadação do Estado, a arrecadação do município depende, para manter a sua folha, para manter uma série de serviços, de Saúde, educação e várias coisas. Então, eu só apenas justifico que eu não considero a população de Rondônia mau caráter por causa de uma lei que penaliza o mau pagador. Porque seria um absurdo a gente apenas por causa desse posicionamento achar que a população toda é mau caráter.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Presidente?

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ainda por Questão de Ordem, Deputado Jean.

O SR. JEAN OLIVEIRA – Só fazer um encaminhamento e eu peço que a Mesa expeça através uma indicação ao Sr. Governador Confúcio Moura, que realize o mesmo que é feito com CONFAZ, do FISCO, do ICMS, se faça como o IPVA, que se faça o mesmo CONFAZ, que se faça o mesmo com o RFEFAZ, se faça o REFAZ do IPVA, porque é uma oportunidade para muita gente do Estado, milhares de pessoas, se adequarem, saírem da inadimplência e fiquem dentro da legalidade. Agora, precisa de estímulo por parte do Estado, precisa de estímulo. Tem gente que tem 3 IPVA atrasados e não vai sair nunca se o Estado não fizer uma ajuda para que esse cidadão, que parcele o IPVA a longo prazo, que acabe com juros e multas e dê oportunidade para ele sair do poço. Portanto, pelo menos, que se faça o REFAZ do IPVA.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Ai eu concordo.
Próxima Matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 061/15 DO DEPUTADO MAURÃO DE CARVALHO, que dispõe sobre a permanência e ingresso de cães-guia nos locais que especifica e estabelece outras providências.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Esse projeto recebeu um pedido de vista. Então, hoje ele vai ser votado, o Adelino Follador já emitiu Parecer. Então, trata-se do Projeto de Lei nº 061/15 de autoria do Deputado Maurão de Carvalho. Em discussão o Parecer do Deputado Adelino Follador. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado o Parecer.

Em primeira discussão e votação o Projeto com Emenda. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário ad hoc) – PROJETO DE LEI Nº 074/15 DO DEPUTADO LÉO MORAES, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Clube do Laço Os Arrojadados – ACECOLA.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Projeto de Lei nº 074/15 já esta com Parecer aprovado.

Em primeira discussão e votação o Projeto nº 074 de autoria do Deputado Léo Moraes. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai à segunda discussão e votação.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAIID (Secretário ad hoc) – REQUE- RIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAIID - Requeiro à Mesa nos termos no Parágrafo Único do Artigo 199 do Regimento

Interno, que seja dispensado Interstício Regimental para apreciação em segunda discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 015/15, Projeto de Lei nº 061/15, e o Projeto de Lei nº 074/15.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Em discussão e votação os Requerimentos de autoria do Deputado Jesuíno Boabaid. Não havendo quem quera discutir, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Está aprovado.

Vai ao Expediente.

Próxima Matéria, Senhor Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) – Não há mais Matéria, Sr. Presidente.

O SR. LEBRÃO (Presidente) – Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária no prazo de um minuto com a finalidade de apreciar em segunda discussão e votação as Matérias aprovadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 19 horas e 29 minutos).

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

ATO Nº 014/2015-P/ALE

Designa a Deputada Rosangela Donadon para proceder entrega de Título Honorífico ao ex-Governador Angelo Angelin.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no § 3º do artigo 167 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Deputada Rosangela Donadon para proceder a entrega do Título Honorífico Honra ao Mérito ao ex-Governador Angelo Angelin.

Art. 2º. Estabelecer que a entrega realizar-se-á no Escritório Político da Parlamentar, localizado na cidade de Vilhena, em ato público sob a sua direção.

Art. 3º. Que deverá ser elaborado um documento com o registro da síntese da solenidade e apresentado pela Parlamentar em Sessão Ordinária, para fins de registro nos anais desta Casa de Leis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 08 de julho de 2015.

Deputado MAURÃO DE CARVALHO
Presidente – ALE/RO

SUP. DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 160/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 05 a 07/07/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Brasília - DF, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 8546/2015-49.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200146648	Edson Martins de Paula	Deputado	Gab. Deputado
100003822	Rosemeire da Silva A. Santos	Chefe de Gabinete	Gab. Dep. Edson Martins

Porto Velho - RO, 02 de Julho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 161/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias no período de 05 a 11/07/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Rolim de Moura - RO, a serviço desta Casa Legislativa, conforme Processo nº. 8589/2015-89.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161661	Daniel de Sousa Mota	Ast. Técnico	Dpto. de Logística
100007056	Renne Andre V. Lobo	Ast. Tec. Legislativo	Escola do Legislativo
100003442	Fernando Ereira Renda	Téc. Legislativo	Escola do Legislativo

Porto Velho - RO, 02 de Julho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 162/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 08 (oito) diárias no período de 05 a 12/07/2015 aos servidores relacionados para deslocarem - se a Rolim de Moura, São Francisco e Vilhena - RO, com a finalidade de participar da abertura dos cursos que serão ministrados nos municípios e participar de uma reunião sobre a instalação do polo da Escola do Legislativo em Vilhena, conforme Processo nº. 8710/2015-03.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200159709	Rosinete Gomes N. Sena	Diretor Geral	Escola do Legislativo
100000620	Carmem S Aguiar de Zuniga	Diretor Adm.	Escola do Legislativo
200161660	Jose Maria Carneiro da Silva	Ast. Técnico	Escola do Legislativo

Porto Velho - RO, 03 de Julho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 163/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder a complementação de 03 (três) diárias no período de 05 a 07/07/2015 a servidora relacionada para continuar fazendo as inscrições de alunos, no município de Rolim de Moura - RO, para os cursos de Técnicas em Secretariado, Texto Informativo e Pontuação Gráfica e Empreendedorismo Comportamental, que acontecerão no período de 06 a 10/07/2015, conforme Processo nº. 8383/2015-93.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200160996	Herineia Cristina F. de Oliveira	Ast. Técnico	Escola do Legislativo

Porto Velho - RO, 06 de Julho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 164/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias no período de 05 a 11/07/2015 aos servidores relacionados, para deslocarem-se ao município de São Francisco -RO, com o objetivo de ministrar curso de Informática Básica, Módulo I, LINUX, no período de 06 a 10/07/2015, com carga horária de 20 horas, conforme Processo nº. 8769/2015-58.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100002006	Emerson Lima Santos	Ast. Tec. Legislativo	Esc. do Legislativo
200161696	Edvan Francisco C. do Nascimento	Asses Técnico	Esc. do Legislativo
100010108	Marcus Antonio L. do Nascimento	Ast. Tec. Legislativo	Esc. do Legislativo
200161038	Alexandro Luiz Filipini	Ast. Técnico	Dpto. de Logística

Porto Velho - RO, 06 de Julho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 167/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 08 a 10/07/2015 a servidora relacionada para deslocar - se a Cacoal - RO, para vistorias nas reformas no imóvel locado no município de Cacoal onde irá atender a Escola do Legislativo, para emissão de Termo Específico conforme contrato nº 01/2015-Processo nº 01501/2012-SPDO 501/2012-92, conforme Processo nº. 8795/2015-82.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
200161185	Sabrina de Melo Carneiro	Asses. Técnico	Dpto. de Engenharia

Porto Velho - RO, 07 de Julho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

ATO Nº 168/2015-SRH/D/P/ALE

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Artigo 10 da LC nº 730 de 30 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias no período de 08 a 10/07/2015 ao servidor relacionado para deslocar - se a Cacoal - RO, para conduzir o veículo oficial que irá transportar a servidora Sabrina de Melo Carneiro, para as vistorias nas reformas e emissão de Termo Específico de locação de imóvel para expansão da Escola do Legislativo, conforme Processo nº. 8898/2015-77.

Matricula	Nome	Cargo	Lotação
100006248	Antonio da Silva Barroso	Motorista	Dpto. de Logística

Porto Velho - RO, 08 de Julho de 2015.

Maurão de Carvalho
Presidente

Arildo Lopes da Silva
Secretário Geral

SUP. DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2015/CPP/ALE/RO
Processo Administrativo nº 00007808/2015-24

A **Superintendência de Compras e Licitações - SCL**, através da **Comissão Permanente de Pregão - CPP**, nomeada pelo **ATO Nº 2395/2015-SRH/P/ALE**, torna público aos interessados, que se encontra autorizada à realização do certame, consignando o que se segue:

TIPO: Menor Preço

BASE LEGAL: Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as disposições da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto nº 6.204/07 e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, bem como às Instruções Normativas/MARE nº 05, de 21.07.95 e nº 01, de 17.05.01.

OBJETO: **Aquisição de peças para aparelhos de ar condicionado e centrais de ar**, a pedido da **Divisão de Almoxarifado e Patrimônio**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE**, conforme descrição detalhada no Termo de Referência-TR - Anexo I do Edital.

VALOR ESTIMADO R\$ 18.583,82 (Dezoito mil, quinhentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos).

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE ME's E EPP's, conforme art. 6º do Dec. nº 6.204, de 5.09.07. () SIM (XX) NÃO

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Dia: **21 de julho de 2015**, Hora: **10:00:00 AM**

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Dia: **21 de julho de 2015**, Hora: **10:30:00 AM**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:

✓ www.ale.ro.gov.br - (Licitações/2015); www.licitacoes-e.com.br; Esclarecimentos: cpl@ale.ro.gov.br; Telefone/FAX: (0xx) 69-3216-2732

Porto Velho, 6 de julho de 2015.

Everton José dos Santos Filho
Pregoeiro ALE/RO